

Em Direção a uma Cosmovisão Cristã

W. Gary Crampton, Th.D.
&
Richard E. Bacon, Th. D.

**First Presbyterian Church of Rowlett,
Blue Banner E-Books
P O Box 141084
Dallas, TX 75214**

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
felipe@monergismo.com
Cuiabá-MT, 08 de Outubro de 2005

Conteúdo

PRÓLOGO DO PUBLICADOR	3
PREFÁCIO	5
CAPÍTULO 1: A NATUREZA DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ	6
CAPÍTULO 2: CRISTIANISMO E OS ELEMENTOS BÁSICOS DE FILOSOFIA	12
CAPÍTULO 3: UMA TEODICÉIA BÍBLICA.....	31
CAPÍTULO 4: SISTEMAS FILOSÓFICOS FALSOS	37

PRÓLOGO DO PUBLICADOR

Um antigo mito grego nos conta a estória do Rei Sísifo. O rei foi sentenciado pelos “deuses” a rolar uma pedra até o topo de uma montanha eternamente. Cada vez que ele estava perto do topo, a pedra rolava montanha abaixo e era necessário que ele começasse novamente a rolar a pedra até o topo da montanha. Não importava quanto ou quão duro ele trabalhasse no projeto, ele estava condenado ao fracasso.

Albert Camus, o existencialista francês, reivindicou que tudo da vida é simplesmente isso: fútil e sem propósito. Trabalhamos e pensamos que temos objetivos, mas estamos condenados a viver de futilidades. Aproximadamente cento e vinte e cinco anos antes de Camus, o americano Henry David Thoreau disse que a maioria dos homens vivem vidas de desesperação quieta. Até mesmo William Shakespeare, no século dezesseis e dezessete, reivindicou que a vida era um “conto narrado por um idiota, cheio de ruído e fúria, não significando nada”.

Há uma resposta cristã para essa visão de mundo pessimista? O cristão pode fornecer uma resposta positiva para aqueles que buscam propósito e significado na vida? A resposta deve ser um convicto “sim!” Mas, tristemente, muitos cristãos agem e pensam como se a vida fosse governada pela chance ou sorte, e não por um soberano Criador-Deus do universo. Não é simplesmente que façamos escusas para nossa falta de ação; mais frequentemente não sabemos com certeza qual é a ação correta.

A primeira coisa que muitos cristãos carecem é de uma visão de mundo coerente. A questão não é tanto se temos uma filosofia de vida (alguns se referem a essa visão de mundo ou filosofia prática como uma “weltanschauung”, da palavra alemã que significa um modo de observar o mundo), mas o que é essa filosofia. A maioria dos americanos é pragmática por natureza. Eles cresceram em escolas públicas e aprenderam que o teste real de qualquer ação é se ela produz os resultados desejados.

O propósito chave ou fundamental das séries de tratados que começam com esse, escritas pelo Dr. Crampton e pelo Dr. Bacon, é desafiar essa visão de mundo pragmatista. Jesus disse que as portas do inferno não prevalecerão contra sua igreja. A igreja deve avaliar a sua posição e perceber o quanto ela avançou nos últimos 2000 anos. De um punhado de crentes temerosos num único salão, a igreja cresceu para se tornar um corpo que abrange o mundo inteiro. Mas os cristãos também devem perceber até onde eles ainda têm que ir.

Conhecendo e reconhecendo que nossa tarefa de tomar a mensagem de Jesus Cristo para toda área do globo terrestre e para cada aspecto da vida ainda não está finalizada, os cristãos devem ter um plano de ação para alcançar o resto do mundo com a mensagem do Deus que o criou. Esse plano não pode ser restrito à geografia somente, mas deve ser tanto intensivo como extensivo em seu alcance. Graduados de escolas cristãs devem se empreender em cada esforço da vida com um fervor devido aos diversos chamados deles da parte do Senhorio do Rei Jesus. Deve haver uma visão cristã da medicina, lei, política, educação, engenharia, história, ciência, etc.

Será a tarefa dessa presente geração de cristãos fornecer uma visão de mundo que fale para esses esforços. Cristãos devem despertar para a demanda que o mundo está fazendo deles. A próxima geração de cristãos, com uma visão de mundo coerente, um plano de ação, e a paixão de colocá-la em efeito poderão muito bem virar esse mundo de cabeça para baixo. O mundo estava perdido em trevas quando o evangelho brilhou pela primeira vez há 2000 anos atrás, mas um bando dedicado de cristãos alcançou o mundo conhecido numa geração. Quando as trevas engolfaram o mundo novamente na idade média, Deus usou um bando relativamente pequeno de Reformadores para levar a tocha do Cristianismo ao mundo novamente, de uma forma tal que houve luz nas trevas (*ex tenebris lux*).

Pessimismo e futilidade têm uma vez mais contido o mundo no que parece ser uma luta para a morte. Onde estão os homens e mulheres que aceitarão o desafio dessa geração? Pode ser que essa é a própria razão de Deus ter levantado o movimento de escola cristã em nossa geração? A escolha hoje não é tanto entre Cristo e Baal. A escolha agora é entre Cristo e Sísifo; entre a esperança e a futilidade; entre o propósito e a falta de sentido.

A série que começa com *Em direção a uma Cosmovisão Cristã* é designada para apresentar uma cosmovisão cristã coerente, de forma que os estudantes e graduados cristãos possam profeticamente tomar a Palavra de Deus e suas implicações em toda esfera da vida. Os dias de refúgio terminaram e os dias de luz começaram. Não desejamos um conhecimento que incha, mas um zelo aparte do conhecimento não cumprirá a vontade de Deus. Tomemos Cristo, a esperança e o propósito em toda área da vida; e façamos isso com zelo e conhecimento.

PREFÁCIO

Por que esse monógrafo? Ele foi escrito, como o título sugere, não para estudar exaustivamente a questão de cosmovisões, mas para introduzi-la. Todo mundo tem uma cosmovisão. Uma cosmovisão é uma série de crenças, um sistema de pensamentos, sobre as questões mais importantes da vida. A cosmovisão de uma pessoa é sua filosofia. “Cosmovisão” e “filosofia” são virtualmente palavras sinônimas. Grandes pensadores tais como Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino, cada um deles tinha um sistema de crença com respeito à filosofia, que foi escrito numa forma sistemática. Cada sistema expressou a cosmovisão do filósofo particular. Mas mesmo que elas possam não perceber, todas pessoas (adultas) necessária e inescapavelmente têm uma cosmovisão, um sistema filosófico de pensamento, também. A cosmovisão delas pode não ser escrita, ou sistematizada como as dos quatro pensadores mencionados acima, mas elas têm uma cosmovisão apesar de tudo.

Esse pequeno livro pretende despertar a autoconsciência do leitor sobre a sua cosmovisão, e adquirir um entendimento mais claro de uma cosmovisão cristã, a qual, na opinião dos escritores presentes, é a única cosmovisão ou filosofia confiável. A Escritura nos ensina, como o *Breve Catecismo de Westminster* (Q 1) apropriadamente declara, que “o fim principal do homem é glorificar a Deus [1 *Coríntios* 10:31; *Romanos* 11:36], e gozá-lo para sempre [*Salmo* 73:25-28]”. Isso sendo assim, estamos obrigados a adotar uma filosofia que honre a Deus. Precisamos, como o apóstolo Paulo declara, de uma filosofia que esteja de “acordo com Cristo” (*Colossenses* 2:8). Nesse livro nós temos uma filosofia cristã, que é baseada no axioma da revelação divina: a Palavra de Deus. E o melhor sumário desse sistema de crença é encontrado na *Confissão de Fé de Westminster*, no *Catecismo Maior* e no *Breve*.

CAPÍTULO 1: A NATUREZA DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ

Filosofia Verdadeira Versus Falsa

Em *Colossenses* 2:8, o apóstolo Paulo escreve: “Tende cuidado para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo e não segundo Cristo” (ARC). Nesse versículo, o apóstolo adverte seus leitores contra ser levado cativo por falsas filosofias. Antes, ele diz que eles deveriam adotar uma filosofia “segundo Cristo”. Esse versículo não ensina, como alguns têm dito, que a própria filosofia é idigna do estudo cristão. De fato, o versículo ensina precisamente o oposto. Ele é um imperativo para a busca da disciplina. Para se guardar contra ser cativo por uma filosofia “segundo a tradição dos homens”, a pessoa deve ter uma consciência de tal filosofia errônea. E mais importante, ele deve ter um conhecimento daquela que é verdadeira. Muitos cristãos não estão cientes desse fato. Portanto, eles têm negligenciado o estudo da filosofia em geral. Tristemente, essas pessoas são aquelas que mais provavelmente serão cativas pelas falsas filosofias deste mundo.

R. C. Sproul escreve que “nenhuma sociedade pode sobreviver, nenhuma civilização pode funcionar, sem algum sistema unificador de pensamento... O que faz de uma sociedade um sistema unificado? Certo tipo de cola que é encontrado num sistema unificado de pensamento, o qual chamamos de cosmovisão”.¹ O fato da questão é que pensamentos moldam sociedades. Cosmovisões, ou filosofias, são importantes. Os cristãos, portanto, precisam estudar filosofia. Enfatizando esse ponto, Ronald Nash escreve:²

Porque muitos elementos de uma cosmovisão são filosóficos na natureza, os cristãos precisam se tornar mais conscientes da importância da filosofia. Embora a filosofia e a religião [isto é, teologia] frequentemente usem linguagem diferente e frequentemente [de maneira errônea] cheguem em conclusões diferentes, elas tratam com as mesmas questões, as quais incluem questões sobre o que existe (metafísica), como os humanos devem viver (ética), e como os seres humanos conhecem (epistemologia). Filosofia é importante! Ela é importante porque a cosmovisão cristã tem uma conexão intrínseca com a filosofia e com o mundo de idéias. Ela é importante porque a filosofia está relacionada de uma maneira criticamente importante com a vida, cultura e religião. E ela é importante porque os sistemas que se opõem ao Cristianismo usam os métodos e argumentos filosóficos.

Colossenses 2:8 nos ensina que há duas cosmovisões filosóficas radicalmente diferentes: a cristã e a não-cristã. Não há terreno neutro. O filósofo não-cristão está comprometido com uma total independência do Deus da Escritura. Assim, ele vê Deus, o homem e o mundo de um ponto de vista não-bíblico.

O filósofo cristão, por outro lado, está comprometido com uma dependência absoluta de Deus e de sua Palavra. Ele filosofa sobre Deus e sua criação de uma perspectiva totalmente

¹ 1. R.C. Sproul, *Lifeviews* (Old Tappan: Fleming H. Revell, 1986), 29.

² 2. Ronald H. Nash, *Faith & Reason* (Grand Rapids: Zondervan, 1988), 26.

diferente. Ele vê Cristo, a Palavra de Deus encarnada, como central para toda a verdade. Nele, escreve Paulo, “todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos” (*Colossenses* 2:3, ARA). Uma filosofia bíblica, portanto, deve estar “arraigada e edificada” em Cristo (*Colossenses* 2:7). O filósofo cristão deve analisar todas as coisas por meio da revelação infalível de Deus, procurando “levar cativo todo pensamento à obediência de Cristo” (*2 Coríntios* 10:5, ARA).

A Bíblia está repleta de ensinamentos filosóficos. O livro de *Eclesiastes* é um exemplo primário. O pregador (1:1), o autor do livro, nos apresenta duas cosmovisões distintas e opostas. Ele pode assim o fazer, pois ele esteve pessoalmente envolvido em ambas. Ele escreve como um homem velho olhando para trás em sua vida, e admoesta seus leitores a prestarem atenção à sua instrução (12:1ss). Por um lado, ele vê as questões da vida de um ponto de vista do homem que está debaixo do sol (1:3,9;2:11). Esse é um homem não regenerado, que somente tem uma consciência de Deus e sua criação por meio da revelação geral, uma revelação que ele suprime (será dito mais sobre isso adiante).

Por outro lado, o pregador apresenta a cosmovisão apropriada do homem regenerado, que faz uso da revelação especial. Esse homem conhece a Deus como Salvador, e possui a verdadeira sabedoria (*Provérbios* 1:7; 9:10). Sem essa sabedoria, diz o pregador, todas as coisas na vida são tolas (2:25-26). Sua conclusão é dada em 12:13-14: uma cosmovisão apropriada deve começar com o temor de Deus: “De tudo o que se tem ouvido, a suma é: Teme a Deus e guarda os seus mandamentos; porque isto é o dever de todo homem. Porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más” (ARA). Destituído disso, o homem está destinado à futilidade filosófica, um “correr atrás do vento” (*Eclesiastes* 4:4, NVI).

A mensagem do pregador é clara: filosofia correta é Cristianismo correto. Sem uma filosofia bíblicamente baseada, o esforço filosófico é inútil. Como ensinado por Francis Schaeffer, a cosmovisão cristã, baseada na Palavra de Deus somente, não é apenas uma boa filosofia, “é a melhor filosofia... ela é a única filosofia que é consistente consigo mesma e que responde as questões da [vida]... e trata com os problemas [da vida] e nós dá as respostas”.³

Qual, então, é a natureza da filosofia cristã? É uma filosofia que é “segundo Cristo”. Ela procura estudar a arena filosofia inteira por meio da Palavra de Cristo. Ela reconhece que somente o Deus triuno da Escritura é sábio: Pai (*Romanos* 16:27), Filho (1 *Coríntios* 1:24,30), e Espírito Santo (*Isaías* 11:2). E a filosofia cristã genuína entende que somente a Palavra de Deus pode tornar uma pessoa sábia (*Salmo* 19:7).

Gregg Singer escreve que o verdadeiro filósofo cristão, usando a Escritura como seu ponto de partida, “crê em Jesus Cristo [e] se compromete a ir além disso, à uma visão de Deus, da criação, do homem, do pecado, da história e de todas as atividades culturais da raça humana, e nessa visão ele encontra a interpretação correta e o poder motivador para pensar os pensamentos de Deus e fazer a sua vontade segundo ele”.⁴

³ Francis A. Schaeffer, *The Complete Works of Francis A. Schaeffer* (Westchester; Crossway Books, 1982), III:259.

⁴ C. Gregg Singer, *From Rationalism to Irrationality* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1979), 37.

Pressuposições Bíblicas

Todas as cosmovisões ou filosofias (como vimos, essas palavras são usadas como sinônimos virtuais) têm pressuposições, que são fundacionais. Essas pressuposições são axiomas, os quais, por definição, não podem ser provados. Sem tais axiomas, como primeiros princípios ou pontos de partida, uma cosmovisão não pode começar, porque não haveria nenhum fundamento sobre o qual basear suas crenças. Numa cosmovisão cristã logicamente consistente, a primeira e absolutamente essencial pressuposição é que a Bíblia somente é a Palavra de Deus, e ela tem um monopólio sistemático sobre a verdade. Esse é o ponto de partida axiomático. A partir dos ensinamentos do axioma da Escritura, contudo, descobrimos que há diversas outras doutrinas que são “pressuposicionais” para uma cosmovisão cristã.

Primeiro, então, é a pressuposição de que a Bíblia é a Palavra de Deus. Nas palavras do apóstolo Paulo: “Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (2 *Timóteo* 3:16-17, ARA). E na *Confissão de Fé de Westminster* (1:6) lemos: “Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens”.

Observe os termos universais nas duas declarações: “toda”, “perfeito”, “perfeitamente”, “toda”, “todo”, “todas”, “nada”, “em tempo algum”. A Bíblia, infalivelmente, e a *Confissão de Fé de Westminster*, de acordo com a Bíblia, ensinam a suficiência total da Escritura.

A palavra da qual o termo “filosofia” (*philosophia*) é derivado significa “o amor pela sabedoria”. A Escritura nos ensina que somente Deus é sábio (*Romanos* 16:27; *1 Timóteo* 1:17). O Espírito Santo é “o Espírito de sabedoria” (*Isaías* 11:2). E Jesus Cristo, o Filósofo Mestre, é a própria Sabedoria (*Provérbios* 8:22-36; *João* 1:1-3,14; *1 Coríntios* 1:24,30). Nele “todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos” (*Colossenses* 2:3). E Cristo nos deu esses tesouros em sua Palavra, que é uma parte de sua mente (*1 Coríntios* 2:16). Portanto, se alguém há de ser um filósofo cristão (um amante da sabedoria), ele deve ir até a Palavra de Deus. É nela que uma pessoa aprende “o temor do Senhor [que] é o princípio da sabedoria” (*Provérbios* 9:10).

A Bíblia reivindica ser a Palavra de Deus infalível e inerrante (*2 Timóteo* 3:16-17; *2 Pedro* 1:20-21), e o Espírito Santo produz essa crença nas mentes dos eleitos (*1 Coríntios* 2:6-16). Como declarado na *Confissão* (1:4-5): “A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, depende... somente de Deus (que é a própria verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus”. Além do mais, “nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações”. Simplesmente não há maior autoridade que a Palavra de Deus. Como o autor de *Hebreus* reivindica: “Visto que [Deus] não tinha ninguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo” (6:13, ARA).

Segundo, a partir do axioma da Escritura, aprendemos, como o *Breve Catecismo de Westminster* (Q 5-6) ensina, que “Há só um Deus, o Deus vivo e verdadeiro... [e] há três pessoas

na Divindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e estas três são um Deus, da mesma substância [essência], iguais em poder e glória” (veja *Deuteronômio* 6:4; *Mateus* 28:19). Também aprendemos que esse Deus triuno é auto-existente e independente, possuindo todas as perfeições. Como declarado no *Catecismo* (Q 4): “Deus é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade”. Além do mais, Deus é tanto transcendente (distinto de sua criação) como imanente (onipresente em sua criação) (*Isaias* 57:15; *Jeremias* 23:23-24). Nele todas as coisas “vivem, movem e têm [sua] existência” (*Atos* 17:28).

Terceiro, as Escrituras nos ensinam que Deus, em seu eterno decreto, soberanamente pré-ordenou todas as coisas que aconteceriam (*Efésios* 1:11). Além do mais, ele executa seus propósitos soberanos através das obras da criação (*Apocalipse* 4:11) e da providência (*Daniel* 4:35). Não somente Deus criou todas as coisas *ex nihilo* (a partir de nenhuma substância pré-existente), incluindo o homem, mas ele soberanamente preserva, sustenta e governa tudo da sua criação, trazendo todas as coisas para o seu fim apontado. Por conseguinte, J. I. Packer declara corretamente que o teísmo cristão deve ser visto como “uma filosofia unicada da história que vê toda a diversidade de processos e eventos que acontecem no mundo de Deus como não mais, e não menos, do que o desenrolar do seu grande plano pré-ordenado para as suas criaturas e sua igreja”.⁵

Quarto, Deus criou o homem à sua própria imagem, tanto metafísica como eticamente (*Gênesis* 1:26-28). O homem é uma “alma vivente” que consiste de um elemento físico (corpo) e um não-físico (espírito, alma ou mente) (*Gênesis* 2:7). Mas, como Calvino propriamente ensina, o homem é o portador da imagem de Deus num sentido espiritual ou mental. Escreve Calvino: “A mente do homem é a sua [de Deus] verdadeira imagem”.⁶ Isto é, o homem é um espírito; o homem *tem* um corpo. O corpo é o instrumento da alma ou do espírito.⁷

De acordo com o Cristianismo bíblico, como ensinado pela *Confissão de Westminster*, o homem é um ser espiritual, racional, moral e imortal, criado com um conhecimento inato e proposicional, incluindo o conhecimento de Deus, para ter um relacionamento espiritual com o seu Criador. Aqui ele difere de todo o resto da criação. Diz a *Confissão* (4:2): “Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações”. Calvino se refere a esse conhecimento inato como o *sensus divinitatis*, ou o sendo da divindade, que está gravada na alma de todos os homens. Esse conhecimento é uma verdade proposicional e inerradicável, e deixa todos os homens sem escusa.⁸

Os teólogos se referem a esse conhecimento inato como “revelação geral”. É geral tanto em audiência (o mundo todo) como em conteúdo (teologia ampla), enquanto a revelação especial (as comunicações verbais da Escritura), por outro lado, é específica em audiência (aqueles que

⁵ J.I. Packer, *A Quest for Godliness* (Wheaton: Crossway, 1990), 129.

⁶ John Calvin, *Commentaries*, Vols. I-XXII (Grand Rapids: Baker, 1981), *Commentary on Acts* 17:22.

⁷ Augustine, *On Christian Doctrine* 1.22; *On the Soul and Its Origin* 4.20.

⁸ John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*, Vols. I & II, Library of the Christian Classics, John T. McNeill, editor, traduzido por Ford Lewis Battles (Philadelphia: Westminster, 1960), I:3:1-3.

lêem a Bíblia) e detalhada em conteúdo. A revelação geral, como observado, revela Deus como Criador, deixando assim os homens sem escusa (*Romanos* 1:18-21; 2:14-15). Mas ela não revela Cristo como o único Redentor. Esse último é encontrado somente nas Escrituras (*Romanos* 1:16-17; 10:17).

A *Confissão* (1:1) afirma:

Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Quando propriamente estudada, a revelação geral e especial estão em perfeita harmonia. Mas a criação sempre deve ser estudada à luz da revelação especial. A Bíblia somente tem um monopólio sobre a verdade. Como claramente ensinado em *Provérbios* 8, um entendimento devido da criação só pode ser derivado de um estudo da Escritura. Isso não significa que devemos evitar um estudo da criação. Antes, somos compelidos pela revelação especial a interagir com ela (e.g., investigação científica e histórica), como visto no mandato de domínio de *Gênesis* 1:26-28. Mas somente a Escritura, não o estudo da ciência ou da história, nos dá a verdade.

Isso nos traz para a nossa quinta consideração. Devido à Queda do homem, o pecado afetou o cosmos inteiro (*Gênesis* 3; *Romanos* 8:18-23). O homem e o universo estão num estado de anormalidade. Os efeitos da Queda têm impedido grandemente a capacidade do homem de filosofar. Metafisicamente falando, o homem ainda é a imagem de Deus, embora a imagem esteja desfigurada. Ele ainda é um ser espiritual, racional, moral e imortal (*Gênesis* 9:6; *Tiago* 3:9). Mas esticamente falando, a imagem de Deus está apagada. O homem caído está num estado de “depravação total”, incapaz de fazer algo que agrade a Deus (*Romanos* 3:9-18; 8:7-8). Como ensinado na *Confissão* (6:4), o homem caído está “totalmente indisposto, adverso a todo o bem e inteiramente inclinado a todo o mal”. A imagem ética é restaurada somente através da obra salvífica na cruz de Jesus Cristo (*Efésios* 4:24; *Colossenses* 3:10). Para filosofar propriamente, o homem deve ser regenerado (*João* 3:3-8). Nas palavras de Robert Reymond: “Até que ele não nasça de novo, o homem não pode ver o reino de Deus, ou, aliás, não pode ver nada corretamente”.⁹

Filosofia e Sabedoria

Como notado, a Bíblia ensina que a verdadeira sabedoria começa com “o temor do Senhor” (*Provérbios* 9:10). Assim, uma pessoa que não conhece salvificamente o “Senhor” Jesus Cristo, que é a sabedoria encarnada (*1 Coríntios* 1:24,30; *Colossenses* 2:3), não pode ser “sábio”

⁹ Robert L. Reymond, *A Christian View of Modern Science* (Nutley: Presbyterian and Reformed, 1977), 10.

(confirme com João 14:6). A Bíblia descreve tal indivíduo como um “tolo”. O “tolo” é uma pessoa que odeia o conhecimento (*Provérbios* 1:22), é infantil em seu pensamento, pronta para crer em qualquer coisa (*Provérbios* 14:15), e confiar em si mesmo (*Provérbios* 28:26), antes do que em Deus (*Salmos* 14:1). Ele diz “no seu coração: Não há Deus” (*Salmos* 14:1, ARA). O tolo pode ser um indivíduo altamente educado, uma pessoa que é bem versada na disciplina da filosofia; todavia, ele é um tolo, pois ele rejeita o Deus da Escritura, e a Bíblia como a única fonte de sabedoria (*Mateus* 7:26-27). Por conseguinte, ele “procura a sabedoria e não a encontra”, pois ele sempre está procurando no lugar errado (*Provérbios* 14:6, ARA).

O apóstolo Paulo descreve a natureza dessa tolice, da filosofia secular, em *Romanos* 1:18-25. O não-cristão suprime o conhecimento de Deus que ele possui, ele rejeita a Palavra de Deus como o único padrão de verdade, e atribui tudo da criação a outra coisa que não o Deus da Escritura (versículos 18-21). Diz o apóstolo, tais tolos se tornaram “fúteis em seus pensamentos”, “seu coração insensato se obscureceu” (versículo 21); “dizendo-se sábios, tornaram-se loucos” (versículo 22). E como filósofos falsos, eles escolheram “adorar e servir a criatura em lugar do Criador” (versículo 25). O filósofo cristão, por outro lado, é um homem sábio. Ele constrói seu sistema filosófico sobre a Rocha de Cristo e sua Palavra (*Mateus* 7:24-25). Ele vê todas as coisas (isto é, filosofia) por meio dos “espetáculos” da Escritura.¹⁰ Dessa forma, o filósofo cristão não é apenas um *homo spiritualis* (“homem espiritual”), ele é também um *homo sapiens* (“homem possuidor de sabedoria”).

¹⁰ 10. Calvin, *Institutes* I:6:1.

CAPÍTULO 2: CRISTIANISMO E OS ELEMENTOS BÁSICOS DE FILOSOFIA

Os Elementos Básicos de uma Cosmvisão

Como temos visto, uma cosmvisão ou filosofia é uma série de crenças concernentes às questões mais importantes da vida. Portanto, qualquer cosmvisão bem modelada deve ser capaz de tratar adequadamente com os quais elementos ou princípios mais básicos da filosofia: epistemologia, metafísica, ética e política.

Primeiro, epistemologia é aquele ramo da filosofia que está preocupado com a teoria do conhecimento. Como conhecemos o que conhecemos? Qual é o padrão da verdade? A verdade é relativa? O conhecimento sobre Deus é possível? Deus pode revelar coisas aos seres humanos?; se sim, como?

Segundo, metafísica tem a ver com a teoria da realidade. Por que as coisas são como elas são? Por que há algo, ao invés de nada? Como pode haver unidade no meio da diversidade no universo? O mundo é uma criação? É um fato bruto? Há propósito no universo?

Terceiro, a ética se preocupa com como alguém deve viver. É o estudo dos pensamentos, palavras e feitos certos e errados. Qual é o padrão para a ética? Há uma lei absoluta à qual todo homem deve se conformar? Há uma razão lógica para perguntarmos o porquê alguém “deve” fazer isso ou aquilo? A moralidade é relativa para com indivíduos, culturas ou períodos históricos? Ou a moralidade transcende essas fronteiras?

Quarto, política é aquele ramo da filosofia que tem a ver com a teoria de governo. Que tipo de governo é o correto? O governo deve ser limitado? Os cidadãos têm um direito à propriedade privada? Qual é a função do magistrado civil?

Epistemologia

Epistemologia é o componente chave de qualquer sistema teológico ou filosófico. Metafísica, ética e teoria política podem ser estabelecidas somente sobre uma base epistemológica. Sem um padrão, uma base para crença (epistemologia), uma pessoa não pode saber o que uma verdadeira teoria da realidade é; nem ela pode saber como devemos determinar o que é certo e o que é errado; nem pode saber qual é a teoria política apropriada. Uma base epistemológica é sempre primária.

A primazia da epistemologia é a razão da *Confissão de Fé de Westminster* começar com a epistemologia, a doutrina da revelação. O Capítulo 1 é “Da Escritura Sagrada”. Somente após os 66 livros do Antigo e Novo Testamento terem sido estabelecidos como o ponto de partida da teologia cristã, a *Confissão* continua para considerar a doutrina de Deus (metafísica) nos capítulos 2-5, a doutrina da lei (ética) no capítulo 19, e a doutrina do magistrado civil no capítulo 23.

Gordon Clark diz isso da seguinte forma:¹¹

Conquanto a questão de como podemos conhecer a Deus é uma pergunta fundamental na filosofia da religião, por detrás dela descansa, na filosofia geral, a questão última: Como podemos conhecer alguma coisa? Se não podemos falar inteligivelmente sobre Deus, podemos falar inteligivelmente sobre moralidade, sobre nossas próprias idéias, sobre arte, política — poderíamos sequer falar sobre ciência? Como podemos saber alguma coisa? A resposta para essa pergunta, tecnicamente chamada de teoria da epistemologia, controla todas as questões subjetivas que reivindicam ser inteligíveis ou cognitivas.

Na história da filosofia, tem havido três principais teorias não-cristãs de conhecimento: racionalismo (puro), empirismo e irracionalismo.

PRIMEIRO, o *racionalismo puro* afirma que a razão, aparte da revelação ou experiência sensorial, fornece a fonte primária, ou a única, da verdade. Os sentidos não são confiáveis, e o nosso conhecimento *apriori* (o conhecimento que temos antes de qualquer observação ou experiência) deve ser aplicado à nossa experiência para que nossa experiência possa ser feita inteligível.

Na epistemologia bíblica (que pode ser chamada de racionalismo cristão, ou escrituralismo), o conhecimento vem *através* da razão, à medida que uma pessoa estuda as proposições reveladas da Escritura. No racionalismo puro, por outro lado, o conhecimento vem *da* razão somente. A razão humana, sem nenhuma ajuda, se torna o padrão último pelo qual todas as crenças são julgadas. Até mesmo a revelação deve ser julgada pela razão. Uma falsa suposição feita aqui pelo racionalista é que o homem, aparte da revelação, é capaz de chegar a um verdadeiro conhecimento de pelo menos algumas coisas, incluindo o conhecimento de Deus.

Há diversos erros fundamentais no sistema racionalista de pensamento. *Primeiro*, homens caídos podem e erram em seu raciocínio. A possibilidade de erros formais em lógica é um exemplo. *Segundo*, há a questão do ponto de partida. Onde alguém começa no racionalismo puro? Platão, Descartes, Leibniz e Spinoza, todos dos quais foram classificados como racionalistas, tinham diferentes pontos de partida. Platão começou com suas Idéias eternas, Descartes com a impossibilidade de duvidar de todas as coisas (seu *cogito ergo sum*), Leibniz com seu sistema de mônadas, e Spinoza, que era um panteísta, com seu *Deus sive Natura* (“Deus, isto é, natureza”). Parece que os racionalistas não concordam sobre um ponto de partida, um axioma sobre o qual o sistema deles deve ser baseado.

Terceiro, o raciocínio aparte da revelação não pode determinar se o mundo é controlado por um Deus onipotente e bom, ou por um demônio onipotente. *Quarto*, o racionalismo parece cometer de afirmar o conseqüente. Um argumento racionalista pode proceder da seguinte forma: Se começamos com a proposição A, podemos justificar a reivindicação de que de fato temos conhecimento. Agora, é certo que temos conhecimento; portanto, a proposição A é verdadeira. Essa formade argumentação comete a falácia lógica de afirmar o conseqüente.

¹¹ Gordon H. Clark, “How Does Man Know God?” *The Trinity Review* (Julho/Agosto, 1989), editado por John W. Robbins, 1.

Finalmente, é difícil no racionalismo puro evitar o solipsismo, que é a crença de que o eu é tudo o que existe ou é capaz de ser conhecido. Sem uma mente divina e universal, na qual todas as pessoas e objetos participem (tal como no teísmo cristão), não é possível para o indivíduo escapar de sua própria mente. Essa é pelo menos uma das razões pelas quais os racionalistas têm adotado o argumento ontológico para a existência de Deus. O filósofo alemão do século dezanove, G.W.F. Hegel, tentou resolver esse problema apresentando uma Mente Absoluta, mas uma Mente da qual alguém não poderia racionalmente deduzir indivíduos. Na visão de Hegel, temos o desaparecimento do eu dentro da Mente Absoluta (ou Espírito Mundo). Essa é outra forma de panteísmo, que é também uma falha, como veremos abaixo.

SEGUNDO, o *empirismo* mantém que todo conhecimento origina nesses sentidos. De acordo com o empirismo, a experiência ordinária a partir de nossos sentidos físicos produz conhecimento. No empirismo, o método científico de investigação é enfatizado. Certamente, é alegado, os numerosos triunfos da ciência na era moderna demonstram a verdade do método empírico. A ciência, certamente, é baseada na observação, e a observação repetida e supostamente independente é enfatizada. A idéia sendo que com a observação repetida, o conhecimento e a certeza são aumentados.

Numa epistemologia empírica consistente, a mente é considerada como sendo uma *tabula rasa* (“tábua braca”) no nascimento. Ela não tem nenhuma estrutura inata, formas, ou idéias. Portanto, todo conhecimento vem através dos sentidos.

Enquanto os racionalistas procedem pela dedução, empiristas usam o raciocínio indutivo também. Alguém coleta suas experiências e observações e traça inferências e conclusões delas. O conhecimento empírico é *aposteriori*, isto é, ele vem depois e através da experiência. Uma pessoa deve ser capaz de cheirar, provar, sentir, ouvir ou ver algo para que ela possa conhecê-lo. Uma vez que algo é experimentado (ou “sentido”), então a mente, que é uma tábua branca antes da experiência, de alguma forma relembra, imagina, combina, transpõe, categoriza e formula a experiência sensorial em conhecimento.

Os problemas filosóficos com o empirismo são milhares, alguns dos quais serão expostos aqui. Primeiro, todos os argumentos indutivos são falácias lógicas formais. No estudo indutivo, cada argumento começa com premissas particulares e termina com conclusões universais. A dificuldade é que não é possível coletar experiências suficientes sobre nenhum assunto para alcançar uma conclusão universal. Simplesmente porque o sistema depende da coleção de experiências para suas conclusões, ele nunca pode estar certo de que alguma nova experiência ou observação não mudará suas conclusões anteriores. Assim, ele nunca pode ser absolutamente conclusivo. Por exemplo, alguém pode observar 1000 corvos e perceber todos como sendo pretos. Mas quando o corvo número 1001 se torna um albino, a conclusão anterior sobre corvos sendo pretos deve ser revisada.

Então também, juntamente com essa linha de pensamento, tenha em mente quão frequentemente os cientistas revisam e derrubam suas conclusões anteriores. O fato é que a ciência nunca pode nos dar a verdade; ela trata somente com teorias, não absolutos. Foi Einstein quem disse: “Nós [cientistas] não sabemos nada sobre ela [natureza], de forma alguma. Nosso conhecimento é apenas o conhecimento do colegial... Nós conheceremos um pouco mais do que

conhecemos agora. Mas a natureza real das coisas — essa nós nunca conheceremos”.¹² E o filósofo Karl Popper escreveu: “Na ciência não há conhecimento no sentido que Platão e Aristóteles usaram a palavra, no sentido que implica finalização; na ciência nuna temos razão suficiente para crer que alcançamos a verdade”.¹³

Segundo, os sentidos podem e frequentemente (talvez sempre) nos enganam. Ninguém pode ter a mesma experiência duas vezes. O antigo filósofo Heráclito fala disso em seu famoso ditado: “Não é possível banhar-se rio duas vezes no mesmo rio”. Coisas finitas continuamente mudam, assim como a água no rio continua a fluir. Em tal sistema, a verificação, que é a inferência de uma conclusão por consequência boa e necessária, não é possível. De fato, o axioma básico do empirismo — que teorias, idéias e proposições devem ser verificadas ou refutadas pela observação sensorial — não pode ele mesmo ser verificado ou refutado pela observação sensorial. Assim, o empirismo descansa sobre uma auto-contradição e, portanto, um falso ponto de partida.

Terceiro, como temos visto, os empiristas mantêm que todos os homens nascem com uma mente branca. Mas isso não é possível. Uma consciência que não é consciente de nada é uma contradição de termos. Aqui também o empirismo é auto-contraditório.¹⁴

Quarto, as verdades da matemática não podem ser derivadas a partir dos sentidos; as leis da lógica não podem ser abstraídas ou obtidas a partir da sensação; nem podem os sentidos nos dar idéias tais como “igual”, “paralelo” ou “justificação”. Essas nunca são encontradas na experiência sensorial. Jamais duas coisas que experimentamos são perfeitamente iguais, paralelas ou justas. Antes, essas são abstrações que não têm nada a ver com nossos sentidos.

Essas dificuldades categóricas com o empirismo são insuperáveis. O empirismo não pode nos dizer como os sentidos somente podem nos dar concepções. Se o “conhecedor” já não está equipado com elementos conceituais ou idéias (isto é, conhecimento inato), como ele pode conceitualizar o objeto sentido? Embora o racionalismo, com seu conceito de idéias universais, nos dê uma explicação para categorias e similaridades, o empirismo não tem explanação para elas. Sem essas, o discurso racional não é possível.

Quinto, assim como o racionalismo puro, o solipsismo é inescapável numa epistemologia empírica. As sensações de alguém são apenas isso: as sensações de uma pessoa. Ninguém mais pode experiênciá-las. Mas se esse é o caso, ninguém pode estar certo de que há um mundo externo. Qualquer evidência que possa ser oferecida é apenas uma experiência subjetiva.

Finalmente, em ética, se assumirmos que o empirismo (na melhor das hipóteses) pode nos dizer o que *é*, ele nunca pode nos dizer o que *deve ser*. O “deve” nunca pode ser derivado do “é”. Observações empíricas nunca podem nos dar princípios morais. Como Gordon Clark declara: “Um princípio moral pode ser somente uma proibição ou mandamento divinamente

¹² Citado em Gordon H. Clark, *First Corinthians* (Trinity Foundation, 1991), 128.

¹³ Citado em John W. Robbins, “An Introduction to Gordon H. Clark,” Parte 2, *The Trinity Review* (Agosto, 1993), 3.

¹⁴ John W. Robbins, “An Introduction to Gordon H. Clark,” Parte 1, *The Trinity Review* (Julho, 1993), 4

revelado”.¹⁵ Mesmo no Jardim do Éden, antes da Queda, o homem era dependente da revelação proposicional de Deus para o conhecimento. Pela observação somente ele não poderia ter determinado seu dever diante de Deus. Após a Queda, certamente, o problema foi agravado pelo pecado e corrupção. Em 1 Coríntios 2:9-10, o apóstolo Paulo distingue entre filosóficas construídas sobre racionalismo puro e empirismo, e revelação proposicional da parte de Deus: “Mas, como está escrito: Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram [empirismo], nem jamais penetrou em coração [mente] humano [racionalismo puro] o que Deus tem preparado para aqueles que o amam. Mas Deus no-lo revelou pelo Espírito”. Qual foi a conclusão de Paulo? Simplesmente essa: nem o racionalismo puro nem o empirismo podem produzir conhecimento. Antes, manteve o apóstolo, a revelação proposicional é o *sine qua non* do conhecimento.

TERCEIRO, o *irracionalismo*, promovido por homens tais como Søren Kierkegaard, (numa extensão menor) Immanuel Kant, Friedrich Schleiermacher, e teólogos neo-ortodoxos, é uma forma de ceticismo. Ele é anti-racional e anti-intelectual. A verdade real, dizem os céticos, nunca pode ser obtida. As tentativas dos racionais de explicar o mundo nos deixam em desespero. A realidade não pode ser comunicada proposicionalmente; ela deve ser adquirida “pessoal e apaixonadamente” (Kierkegaard). A verdade é subjetiva. Embora o homem nunca possa saber se há um deus que dá propósito e significado para a vida, ele deve ainda dar um “salto de fé” (Kierkegaard). Ele deve viver a vida como se existisse um deus, um ser superior, um universo com sentido, pois não fazê-lo seria pior (Kant).

O irracionalismo se manifesta nos círculos teológicos na neo-ortodoxia de Karl Barth and Emil Brunner. Para esses homens, a lógica deve ser desdenhada. A lógica deve ser restringida para permitir a fé. Afinal, é alegado, a lógica de Deus é diferente da “mera lógica humana”, de forma que podemos encontrar a verdade somente no meio de paradoxos e contradições. Nesse “teologia do paradoxo”, Deus pode até mesmo nos ensinar através de falsas declarações.

Tristemente, o irracionalismo tem afetado também a igreja ortodoxa. A grande maioria daqueles dentro dos círculos cristãos têm sido vítimas do movimento anti-razão, anti-intelectual e anti-lógico. Os presentes autores concordam com John Robbins, que escreve: “Nesse momento, não há maior ameaça diante da verdadeira igreja de Cristo do que o irracionalismo que controla toda a nossa cultura”. Estamos vivendo, dizendo Robbins, “na era do irracionalismo”. Não obstante os muitos adversários filosóficos que a igreja cristã tem que enfrentar, não obstante as muitas idéias falsas que competem por supremacia, não há idéia tão perigosa “como aqueles de que não conhecemos e não podemos conhecer a verdade”.¹⁶

O problema com o irracionalismo é que quando alguém divorcia a lógica da epistemologia, ele é deixado com nada. O ceticismo é auto-contraditório, pois ele afirma com certeza que nada pode ser conhecido com certeza. O teísmo cristão por outro lado, mantém como declarado pela *Confissão* (1:4) que Deus “é a própria verdade”: Pai (Salmo 31:5), Filho (João 14:6) e Espírito Santo (1 João 5:6), e que a verdade é proposicional e lógica. A lei da contradição¹⁷ é um teste negativo para a verdade. A razão sendo que uma contradição é sempre

¹⁵ Clark, *First Corinthians*, 78.

¹⁶ John W. Robbins, *Scripture Twisting in the Seminaries* (Trinity Foundation, 1985), 110.

¹⁷ A lei da contradição (ou não-contradição) declara que A (que pode ser qualquer proposição ou objeto) não pode ser tanto B como não-B ao mesmo tempo e no mesmo sentido.

um sinal de erro. Declarações contraditórias não podem ser ambas verdadeiras (1 Coríntios 14:33; 1 Timóteo 6:20).

De fato, a Bíblia nos ensina que Jesus Cristo é a Lógica (Logos) de Deus (João 1:1). Ele é a Razão, Sabedoria e Verdade encarnada (1 Coríntios 1:24,30; Colossenses 2:3; João 14:6). As leis da lógica não foram criadas por Deus ou pelo homem; elas são a forma de Deus pensar. E visto que as Escrituras são uma expressão da mente de Deus (1 Coríntios 2:16), elas são os pensamentos lógicos de Deus. A Bíblia expressa a mente de Deus numa forma logicamente coerente para a humanidade.

O homem, como o portador da imagem de Deus (Gênesis 1:26-28), possui inerentemente a lógica como parte da imagem. O homem é o “sopro de Deus” (Gênesis 2:7; Jó 33:4), pois o Espírito de Deus soprou no homem seu espírito ou mente, que é a imagem. Contrário então ao aparentemente piedoso absurdo dos irracionistas, a Escritura nos ensina que não há tal coisa como “mera lógica humana”. Lemos em João 1:9 que Cristo, como o *Logos* (Lógica) de Deus é “a verdadeira Luz que dá luz a todo homem”. Esse sendo o caso, é evidente que a lógica de Deus e a lógica do homem são a mesma lógica.

Devemos entender, então, que raciocinar logicamente é raciocinar de acordo com a Escritura (Romanos 12:20), que é ela mesma uma revelação dos pensamentos lógicos de Deus. O homem redimido deve aprender progressivamente a pensar os pensamentos de Deus (2 Coríntios 10:5). Para citar Clark: “A lógica é fixa, universal, necessária e insubstituível. A irracionalidade contradiz o ensino bíblico do princípio ao fim. O Deus de Abraão, Isaque e Jacó não é insano. Deus é um ser racional, a arquitetura de cuja mente é a lógica”.¹⁸

Epistemologia Cristã

Como já estudamos, o ponto de partida da epistemologia cristã é a revelação proposicional dos 66 livros do Antigo e Novo Testamento. Se vamos evitar as falácias do racionalismo puro, as ciladas do empirismo, e o ceticismo do irracionalismo, precisamos de uma fonte de verdade autoritativa. E essa fonte é a revelação proposicional do Deus da Escritura, que “é a própria verdade”. Passagens da Escritura tais como Jó 11:7-9, Provérbios 20:24, *Eclesiastes* 3:11; 7:27-28; 8:10,17, *Mateus* 16:17, *1 Coríntios* 2:9-10, apenas para citar algumas, tornam claro que aparte da revelação divina, o homem não pode verdadeiramente conhecer a Deus ou sua criação. Gregg Singer apropriadamente declara:¹⁹

Não pode ser inadequado observar que a epistemologia se tornou a questão mais profundamente perturbante confrontado a mente moderna, simplesmente porque a filosofia moderna rejeitou [a] solução bíblica e tem procurado respostas de várias outras fontes, todas das quais têm levado à conclusão desesperadora de que o homem simplesmente não pode conhecer a realidade e que não há nenhuma verdade última que possa ser conhecida.

¹⁸ Gordon H. Clark, “God and Logic,” *The Trinity Review* (Novembro/Dezembro, 1980), editado por John W. Robbins, 4.

¹⁹ Singer, *From Rationalism to Irrationality*, 33.

Temos visto que todo sistema filosófico deve ter um ponto de partida que é axiomático, isto é, que não pode ser provado. O ponto de partida para a filosofia cristã é a Palavra de Deus. Esse é o axioma: *a Bíblia somente é a Palavra de Deus, e ela tem um monopólio sistemática sobre a verdade*. A Bíblia reivindica ser a Palavra de Deus, e o Espírito Santo produz essa crença nas mentes dos eleitos de Deus. Nisto, o eleito aquiesce à auto-autenticação das Escrituras. Como declarado na *Confissão* (1:4-5), a Bíblia “deve ser recebida (simplesmente) porque ela é a Palavra de Deus), e embora ela própria abundantemente manifeste ser a Palavra de Deus, “nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações”. Algumas vezes isso é referido como “dogmatismo”, “pressuposicionalismo bíblico”, “racionalismo cristão” ou “escrituralismo”.

Com muita freqüência, todos os críticos dizem que tal pressuposicionalismo nada mais é do que uma questão circular (*petitio principii*); ela é um raciocínio circular; ela assume o que deve ser provado. Alguém não pode assumir que a Bíblia é a Palavra de Deus, simplesmente porque a Bíblia reivindica ser a Palavra de Deus. Primeiro, é alegado, uma pessoa deve provar que a Bíblia é de fato a Palavra de Deus.

Certamente é verdade que nem todo axioma é verdadeiro. Há muitas reivindicações e requerentes falsos. Mas não pode ser racionalmente negado que a Bíblia reivindica ser a Palavra de Deus inerrante e infalível (2 *Timóteo* 3:16-17; 2 *Pedro* 1:20-21). E isso é significativo. É uma reivindicação que poucos escritos fazem. Portanto, visto que a Bíblia faz tal reivindicação, explícita e predominantemente, é razoável crer no testemunho da própria Bíblia.

Segundo, a réplica *ad hominem* (“para o homem”) ao crítico é que todos sistemas devem começar com um ponto de partida indemostrável. De outra forma, o sistema nunca poderia iniciar. “Questão circular”, nesse sentido amplo da frase, não é uma característica única do Cristianismo. Ela é necessária para todos os sistemas filosóficos.

Se alguém pudesse provar que a Bíblia é a Palavra de Deus, então a Bíblia não seria o ponto de partida. Haveria alguma outra antes do ponto de partida, o qual seria *então* o verdadeiro ponto de partida. Simplesmente declaro, de acordo com a Escritura, não há maior autoridade do que a Palavra auto-autenticadora de Deus. Novamente, para citar o autor de Hebreus: “porque ele [Deus] não podia jurar por ninguém maior, jurou por si mesmo” (6:13). Uma pessoa deve aceitar os 66 livros do Antigo e Novo Testamento como axiomáticos, ou nenhuma conhecível é possível, de forma alguma.

Além disso, na epistemologia cristã, não há dicotomia entre a fé (revelação) e a razão (lógica). As duas andam de mãos dadas, pois é Cristo o *Logos* quem revela a verdade. O Cristianismo é racional. De fato, a fé cristã é totalmente dependente da persuasão da razão (pensamento coerente) para a sua proclamação e entendimento. Deus se comunica conosco numa forma coerente em sua Palavra por meios de declarações racionais e proposicionais. A revelação pode chegar somente a uma pessoa racional.

Ao explicar a relação entre fé (revelação) e razão (lógica), Agostinho escreveu:²⁰

²⁰ Agostinho, *Letters* 143.7.

Pois se a razão contradissesse a autoridade das Escrituras divinas, ela enganaria apenas por certa semelhança com a verdade, não importando sua sutilidade, porque suas deduções não podem nesse caso ser verdadeiras. Todavia, se algo alega possuir a autoridade da Sagrada Escritura, contra o mais evidente e confiável testemunho da razão, quem faz isso, pratica-o mediante a má compreensão do que leu, e opõe à verdade não o real significado da Escritura, cuja descoberta foi nula, mas sua opinião; não se alega algo descoberto nas Escrituras, mas o que ele achou em si mesmo como intérprete dela.

Há uma distinção filosófica importante entre “conhecimento” e “opinião”. Há uma diferença entre o que “sabemos” e o que “opinamos”. Conhecimento não é somente possuir idéias ou pensamentos; é possuir idéias ou pensamentos verdadeiros. O conhecimento é o conhecimento da verdade. Ele justifica a crença verdadeira. Somente a Palavra de Deus nos dá tal conhecimento.

Opiniões, por outro lado, podem ser verdadeiras ou falsas. A ciência natural é uma opinião; a arqueologia é uma opinião; a história (com exceção da história bíblica) é uma opinião. Aqui não há nenhuma justificativa para a crença verdadeira. Opinar algo não é conhecê-lo, embora a opinião *possa* ser verdadeira. Um aluno pode supor a resposta correta para uma questão aritmética, mas a menos que ele possa mostrar como alcançar a resposta, ele não pode dizer que a *conhece*. Para citar a *Confissão* (1:6), somente aquilo que “é expressamente declarado na Escritura, ou por boa e necessária conseqüência possa ser deduzido da Escritura”, nos dá “conhecimento”. A verdade é encontrada somente na Palavra de Deus. Paulo fala disso em 1 Timóteo 6:3-5. De acordo com o apóstolo, aqueles que não concordam com as “sãs” palavras de Cristo, “a doutrina que é segundo a piedade”, são aqueles que “não conhecem nada” e são “destituídos da verdade”.

Finalmente, a filosofia cristã sustenta a teoria da verdade coerente, antes do que teoria da verdade correspondente. Isto é, a declaração da teoria da verdade coerente afirma que, sempre que uma pessoa conhecer a verdade, ela conhece o que existe na mente de Deus; ela não tem uma mera representação da verdade (como na teoria da verdade correspondente); uma representação da verdade não é a verdade.

Na visão bíblica, uma proposição é verdadeira porque Deus pensa que ela é verdadeira. E visto que Deus é onisciente (conhecendo todas as coisas), se o homem há de conhecer a verdade, ele deve conhecer o que está na mente de Deus. A mesma verdade que existe na mente do homem existe primeiro na mente de Deus. Na teoria da verdade coerente, a mente e o objeto conhecimento são partes de um sistema, um sistema no qual todas as partes estão em perfeito acordo, pois elas são encontradas na mente de Deus.

Metafísica

A palavra “metafísica” é derivada do grego *meta phusika*, significando “além da física”. Como visto, metafísica tem a ver com a teoria da realidade; não apenas o físico, mas também o que transcende o físico. Objetos físicos podem aparecer para os sentidos de várias formas, mas o

metafísico está preocupado com o que o objetivo verdadeiramente é. Metafísica é o estudo das questões últimas.

Na história do pensamento não-cristão, os metafísicos têm usualmente caído em dois campos: monista e pluralista (ou atomistas). O primeiro afirma que todas as coisas são formas de uma substância ou essência, enquanto que o último mantém que todas as coisas são formas de várias substâncias ou essências. Alguns monistas são materialistas (Thales, Heráclito), e outros são idealistas ou espiritualistas (Parmênides). Então também, alguns pluralistas são materialistas (Democritus, Epicurus, Empedocles), enquanto outros são idealistas (Leibniz). Mas em geral, todos metafísicos estão preocupado sobre o problema do “o um e os muitos”.

Isto é, a principal questão no estudo da metafísica é a questão do “o um e os muitos”. Como pode haver tantas coisas diversas no mundo, embora também parece haver uma unidade básica? Entre tanta complexidade, como pode ainda haver simplicidade? Qual é o fato básico da vida, unidade ou pluralidade, o um ou os muitos? Se a resposta para essa última questão é “o um”, então a unidade deve ter prioridade sobre a pluralidade. Se, por outro lado, a resposta é “os muitos”, então o indivíduo e particulares têm prioridade. Se “o um” é último, então os particulares estão degradados. Se “os muitos” é último, então o reverso é verdadeiro.²¹

De acordo com Francis Schaeffer, essa questão tem praguejado os pensadores não-cristãos durante toda a história da filosofia. Platão enfatizou os universais e Aristóteles os particulares. Aquino (pelo menos implicitamente) separou os dois em sua teoria errônea da natureza (particulares) e graça (universais). Tanto Kant como Hegel tentou sintetizar o problema do um e os muitos por meio da razão aparte da revelação. Kierkegaard concluiu que a resposta pode ser encontrada somente num salto de fé no universo dos universais. Os filósofos da análise lingüística afirmam que somente uma linguagem perfeita produz a unidade desejada. Mas toda filosofia não-cristã fica longe da solução do problema. Somente a filosofia cristã pode adequadamente responder a questão do “o um e os muitos”. E a resposta descansa na doutrina bíblica da Trindade. Diz Schaeffer, “sem a elevada ordem de unidade e diversidade pessoal como dada na Trindade, não há respostas”.²²

Deus é “um” em essência, todavia três (“muitos”) pessoas distintas. Ele é o eterno “Um e Muitos”. Como o Deus soberano, ele criou todas as coisas no universo, e ele lhes dá uma estrutura unificada. O universo, então, é o temporal “um e muitos”. Assim, as coisas particulares no universo agem de acordo com os ditados universais do Deus triuno (*Salmo* 147:15-18). Há ordem no universo porque há um Deus soberano que o criou e providencialmente o controla.

Agostinho afirmou que o problema do um e dos muitos encontra sua solução em que os particulares desse mundo têm seus arquétipos na mente de Deus. Agostinho chamou esses arquétipos de “razões eternas”. As razões eternas de Deus são os planos arquitetuais a partir dos quais ele criou o mundo. O mundo foi planejado segundo as proposições divinas do Deus triuno. Portanto, há unidade no meio da diversidade.²³

²¹ R.J. Rushdoony, *The One and the Many* (Fairfax: Thoburn Press, 1978), 2n.

²² Francis A. Schaeffer, *He is There and He is Not Silent* (Wheaton: Tyndale House, 1972), 31-67, 14.

²³ Veja Richard E. Bacon, “Two Essays,” uma resenha de *Lord God of Truth*, de Gordon H. Clark, e *Concerning the Teacher*, de Aurélio Agostinho (Trinity Foundation, 1994), em *The Blue Banner* (Março & Abril, 1995), 13-15.

Agostinho continuou para ensinar que Jesus Cristo, o eterno *Logos* de Deus, é aquele que nos dá uma coerência entre o infinito e o finito, o Criador e a criação. Em outras palavras, é Cristo quem revela a solução para o problema do um e dos muitos. Aparte de um entendimento apropriado da teologia do *Logos* (isto é, Cristo como a eterna Palavra que veio para revelar a verdade de Deus ao homem), não há solução real.²⁴

Drasticamente diferentes das visões não-cristãs de metafísica, a Escritura ensina que todas as coisas existem como elas são porque o Deus triuno da Escritura é o Criador e Sustentador de todas as coisas. Como ensinado na *Confissão de Westminster* (5:1):

Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor.

Porque Deus é o Criador há algo ao invés de nada. E porque Deus é o Criador e Sustentador do universo, o mundo não é um fato bruto, nem uma máquina sem propósito. Há ordem, significado e propósito no universo porque ele é a obra proposital do Artesão Mestre. E essa ordem, significado e propósito são encontrados no pacto em que Deus estabeleceu com sua criação (*Gênesis* 1; 2:15-17; 3:15; 9:9-17; *Jeremias* 33:19-26). É “nele [que] vivemos, nos movemos e temos nossa existência” (*Atos* 17:28).

Ética

Embora as pessoas algumas vezes considerem “ética” e “moral” como sendo virtudes sinônimas, tecnicamente, há uma diferença entre as duas. Ética é uma disciplina normativa, que procura prescrever obrigações para a humanidade. Ela tem a ver com o que uma pessoa “deve” fazer. Ética é uma questão de autoridade. Moral, por outro lado, descreve o comportamento padrão de indivíduos e sociedades, isto é, o que as pessoas fazem. A ética de alguém deve determinar sua moral.

A ética cristã depende da revelação. O Cristianismo mantém que há somente um padrão ético para a humanidade. Como declarado na *Confissão de Fé de Westminster* (19:5): “a lei moral [de Deus] obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras”. E o pecado é apropriadamente definido, de acordo com o *Breve Catecismo de Westminster* (Q 14), como “qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão dessa lei”. Se não houvesse nenhuma lei de Deus, então não haveria nenhum pecado. Nossa conduta moral, então, deve ser guiada pelo padrão ético da Palavra de Deus. Novamente para citar a *Confissão* (16:1): “Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção”. Atrás da validade da lei moral de Deus, está, certamente, a autoridade do Deus que nos dá a lei. O prólogo dos Dez Mandamentos é: “Eu sou o Senhor”. Teologia, e não ética, é primária. A distinção entre certo e errado é inteiramente dependente dos mandamentos de Deus, pois ele é “o Senhor”. O sistema

²⁴ Veja Ronald H. Nash, *The Word of God and the Mind of Man* (Grand Rapids: Zondervan, 1982), capítulos 6 e 8.

cristão de ética é baseado na própria natureza de Deus. “Sereis santos, porque eu [Deus] sou santo” (*Levítico 11:44; 1 Pedro 1:16*).

Todas éticas (e moral) não-cristãs são preversões do único padrão verdadeiro. Como Paulo aponta nos primeiros dois capítulos de sua epístola aos *Romanos*, o homem tem suprimido o conhecimento inato de Deus e sua Palavra, que ele sabe ser verdadeira, e suplantado-a com os seus próprios falsos sistemas.

Já temos observado que o homem foi criado à imagem de Deus. A Queda, contudo, deixou o homem eticamente num estado de depravação total. O homem não-regenerado é agora incapaz de fazer algo que agrade a Deus (*Romanos 3:9-18; 8:7-8*). Seu padrão ético é autônomo; ele não tem nenhum ponto de referência eterno. O homem não-cristão está entre a foice e o martelo: ele está buscando construir um sistema ético sem uma autoridade divina e eterna por detrás dele. Nas palavras de Cristo, o homem caído está edificado sobre a areia (*Mateus 7:26-27*).

As Escrituras são claras sobre esse assunto. Há um elo bíblico entre as cosmovisões não-cristãs e a prática daqueles que aderam a ela. *Salmo 14* declara o assunto claramente. É “o tolo quem diz no seu coração [que] não há Deus” (versículo 1a). E, como o salmista continua para dizer, é por causa dessa negação de Deus que eles “têm-se corrompido, fazem-se abomináveis em suas obras, não há ninguém que faça o bem” (versículo 1b). Paulo ensina a mesma coisa em *Romanos 3*. Nos versículos 10-17, ele nos dá um catálogo dos pecados que infectam o não-regenerado. Então no versículo 18, ele resume a denúncia dizendo que “não há temor de Deus diante de seus olhos”. Isto é, quando o homem rejeita o Deus da Escritura, isso leva a “obras abomináveis”.

Há muitos sistemas éticos não-cristãos. R. C. Sproul observa que há atualmente pelo menos oitenta diferentes teorias de ética que estão competindo por aceitação. Talvez as duas que têm tido o maior impacto (negativo) sobre o Cristianismo são o legalismo e o antinomianismo, ambas das quais são o que Jesus se referiu como “o caminho espaçoso que conduz a perdição” (*Mateus 7:13-14*).²⁵

O legalismo, em sua forma mais consistente, reivindica que o guardar a lei, por si próprio, é o salvador tanto do homem como da sociedade. Ele se preocupa com a conformidade externa a um padrão de lei, um padrão que é sempre, de uma forma ou de outra, uma lei criada pelo homem. Como Paulo escreve, os homens, “procurando estabelecer a sua própria justiça, não se sujeitaram à justiça de Deus” (*Romanos 10:3*). Essa forma de legalismo foi adotada pelos fariseus dos dias de Jesus (*Mateus 15:1-9; 23:1-39*). Esse é também o erro do Pelagianismo.²⁶ Iguamente falso e perigoso é o ensino semi-pelagiano da Igreja Católica Romana, de que a justificação é uma mistura de graça e obras.

²⁵ R.C. Sproul, *Following Christ* (Wheaton: Tyndale House, 1983), Part Four. 16.

²⁶ Pelágio foi um monge britânico do quarto século que propagou esse sistema de legalismo. Seus ensinamentos foram firmemente combatidos por Agostinho.

Algumas vezes, numa forma menos consistente, o legalismo chega na forma de listas não-bíblicas de “faça” e “não faça”. Outras vezes ela é encontrada na mera tradição. Mas ela é sempre humanista na origem. A lei de homem é posta em oposição à lei de Deus.

O legalismo implica, juntamente com a afirmação de Protágoras, que “o homem é a medida” de todas as coisas. Mas se o homem é a medida de todas as coisas, então o que um homem crê é tão verdadeiro quanto o que qualquer outro homem creia. Ambos seriam capazes de reivindicar estar certo. Assim, se alguém deles crê que o outro esteja errado, então o segundo homem está necessariamente errado. E se o segundo homem crê que o primeiro está errado, então o primeiro está necessariamente errado. Por conseguinte, ambos estão certos e errados ao mesmo tempo, o que é uma contradição. E, como temos visto, o que é contraditório deve ter um axioma inescapavelmente errôneo. Jesus fala contra o legalismo em *Mateus 15* e *Marcos 7*. E Paulo o condena no livro de *Gálatas*.

O Antinomianismo (“anti-lei”) toma diversas formas: libertinismo, espiritualismo gnóstico e situação ética. O libertinismo, de uma forma ou de outra, nega que a lei moral de Deus é obrigatória para a humanidade hoje. Tristemente, ela tem encontrado seu caminho na (pseudo) igreja. Essa visão é prevalecente nos círculos dispensacionalistas, onde a declaração de Paulo em *Romanos 6:14* é frequentemente referida para estabelecer o ponto de que na era do Novo Testamento os cristãos não estão mais debaixo da lei, mas debaixo da graça: “Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça”.

Essa, contudo, é uma declaração errônea e um entendimento incorreto do versículo. Como o capítulo 19 da *Confissão de Fé de Westminster* corretamente ensina, embora as leis cerimoniais dada à nação de Israel, “considerada uma igreja sob a sua tutela”, “estejam agora abrogadas”, todavia, os Dez Mandamentos, e sob o Novo Testamento, e “a equidade geral” das leis judiciais de Israel, continua a “obrigar para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras”, e nem “Cristo, no Evangelho [era do Novo Testamento], não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma”.

Como a *Confissão* continua para dizer (até mesmo citando *Romanos 6:14* como um texto prova: “embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão”. Isto é, em *Romanos 6:14*, o apóstolo Paulo não nega que os cristãos, ou “os justificados”, estejam obrigados a obedecer a lei de Deus; antes, ele ensina que eles não estão debaixo da lei como uma maldição (confirme *Gálatas 3:10-13*). Além disso, ele deixa isso claro numa passagem anterior na mesma epístola, onde ele escreve: “Anulamos, pois, a lei pela fé? De maneira nenhuma! Antes, estabelecemos a lei” (*Romanos 3:31*).

O espiritualismo gnóstico, frequentemente encontrado nas igrejas carismáticas e pentecostais, bem como nas ordens monásticas, eleva os sentidos e experiência místicas acima da lei de Deus. Aqueles que “possuem” tais experiências reivindicam uma fonte ou forma de conhecimento superior. Os mandamentos da Escritura devem ser postos de lado, é alegdo,

quando tais experiências ocorrem. O Espírito de Deus, dizem os gnósticos, guia-os aparte (sem a necessidade) da revelação bíblica.

De acordo com a Escritura, contudo, o Espírito Santo não é antinomiano. Ele é “o Espírito da verdade”, que guia a igreja “em toda verdade” (*João* 16:13). Mas ele assim o faz por meio da Escritura, não aparte dela (*João* 16:13-15; *1 Coríntios* 2:10-16). É a Escritura, escreve Paulo, não as experiências místicas, que equipa perfeitamente a igreja “para toda boa obra” (*2 Timóteo* 3:16-17). Além do mais, escreve Salomão: “O que confia no seu próprio coração [sentimentos] é insensato” (*Provérbios* 28:26).

A situação ética, ou a “nova moralidade”, é uma construção que nega que haja quaisquer verdades absolutas. Antes, “a lei do amor” deve ditar a ética de alguém em cada situação específica. Isto é, o amor sempre “triumfa” sobre a lei, e torna a ação correta. Dietrich Bonhoeffer, Emil Brunner, Marquis de Sade e Bispo J.A.T. Robinson, para nomear apenas alguns, são proponentes notáveis desse sistema. Joseph Fletcher, contudo, é talvez o principal popularizar da situação ética.

Como observador, na situação ética, o único absoluto, se ele pode ser assim chamado, é “a lei do amor”. Mas essa é uma “lei” definida por Fletcher, não pela Palavra de Deus. Enquanto o “amor”, de um ponto de vista bíblico, é objetivo em natureza — definido por Jesus como “guardar os meus mandamentos” (*João* 14:15), e por Paulo como “o cumprimento da lei [de Deus]” (*Romanos* 13:10) — para Fletcher e os adeptos da situação ética, ele é meramente pessoal e subjetivo. A “situação” dita; não há norma, nenhum padrão absoluto pelo qual todos devem ser julgados. A situação ética tem mais em comum com altruísmo vago em contradição com a ética cristã, onde o amor é manifesto numa vida de obediência à lei de Deus: “E o amor é este: que andemos segundo os seus [de Deus] mandamentos” (*2 João* 6).

Todos os sistemas éticos não-cristãos são falíveis. Eles não têm nenhum padrão eterno sobre o qual permanecer. Eles não têm nenhuma base sobre a qual possam fazer afirmações. Tendo rejeitado a revelação divina, esses sistemas não fornecem nenhum grau certo para quaisquer leis morais (*Mateus* 7:26-27). O pregador de *Eclesiastes* sumariza a obrigação ética do homem quando ele escreve: “De tudo o que se tem ouvido, o fim é: Teme a Deus e guarda os seus mandamentos; porque este é o dever de todo homem. Porque Deus há de trazer a juízo toda obra e até tudo o que está encoberto, quer seja bom, quer seja mau” (12:13-14)..

Política

A cosmovisão cristã sustenta que há três instituições bíblicas principais ordenadas por Deus: a família, a igreja e o magistrado civil (ou Estado). As instituições existem, assim como todas as coisas, para glorificar a Deus (*1 Coríntios* 10:31). Elas são separadas para funcionar de acordo com uma autoridade, e não como a autoridade. Todas as três devem ser governadas pela Escritura. A família é a instituição bíblica primária. Ela foi a primeira estabelecida (*Gênesis* 1-2), e, num sentido, as outras duas instituições estão fundamentas sobre a família.²⁷

²⁷ Para um estudo detalhado da família e os vários deveres associados com essa instituição, consulte a série de palestras em áudio, *A Directory of Domestic Duties* de Richard Bacon (Rowlett, TX: Blue Banner Publications, 1995).

A segunda instituição bíblica é a igreja.²⁸ Teólogos distinguem entre a igreja visível e invisível. A primeira, de acordo com a *Confissão* (25:2): “consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos”. A igreja invisível, por outro lado, compreende os verdadeiros santos (os eleitos) de todos os tempos, mesmo aqueles que ainda não nasceram. A *Confissão* ensina (25:1): “A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas”.

A terceira instituição bíblica, que é o nosso presente foco, é o magistrado civil. A diferença entre essa instituição e as outras duas é que ela é, nas palavras de Agostinho, um “mal necessário”.²⁹ Isto é, o magistrado civil foi feito necessário devido à Queda do homem e o propósito principal do Estado é punir os malfeitores (*Romanos* 13:1-7; *1 Pedro* 2:13-17). E para esse propósito o Estado é “ministro de Deus” (*Romanos* 13:4,6). Como ensinado na *Confissão*: “Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores”.

Dois erros principais têm se desenvolvido na história da relação igreja-estado: o papalismo e o erastianismo. O primeiro afirma que a igreja (a saber, o papa) governa tanto a igreja como o estado. O último mantém que ambas as instituições estão sob a liderança do magistrado civil.

A visão bíblica evita ambos os erros, e ensina que a igreja e o estado são instituições ordenadas por Deus separadas, sob a lei de Deus. Novamente, elas são separadas para funcionar de acordo com uma autoridade, e não como a autoridade. Além do mais, é certamente uma declaração justa que qualquer tentativa de base uma teoria de magistrado civil sobre axiomas seculares, antes do que na Escritura, resultará logicamente em anarquia ou totalitarismo.

Em *Provérbios* 14:34, lemos: “A justiça exalta as nações, mas o pecado é o opróbrio dos povos”. O que constitui a justiça que exalta uma nação? Com a justiça é definida? Primeiro, o Deus triuno é justo: “Justiça e juízo são a base do seu [de Deus] trono” (*Salmo* 97:2). E, escreve o salmista, assim é a Palavra de Deus: “A justiça dos teus testemunhos é eterna.... pois todos os teus mandamentos são justiça” (*Salmo* 119:144,172). O apóstolo Paulo, em concordância com o Antigo Testamento, escreve: A lei de Deus é “santa, justa e boa” (*Romanos* 7:12).

Parece, então, que de acordo com a Bíblia, uma nação é considerada justa quando ela procura honrar o Deus da Escritura aplicando seu justo padrão (isto é, sua Palavra) a todas as facetas dos interesses da nação. Esse é o ensino da *Confissão de Fé de Westminster* (19:2,5), que Declara que a lei de Deus é uma “perfeita regra de justiça”, que “obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras [para incluir nações]”.

²⁸ Para um estudo adicional sobre a doutrina da igreja, veja W. Gary Crampton e Richard E. Bacon, *Built Upon The Rock* (Dallas: Blue Banner Ministries, 1999).

²⁹ Agostinho, *City of God* 19.13-15.

Virar as costas para a lei de Deus como o padrão infalível da nação, por outro lado, constituiu o “pecado [que] é o opróbrio dos povos”. Isso é confirmado em *Provérbios 29:18*, onde lemos: “Não havendo profecia [revelação bíblica], o povo se corrompe; mas o que guarda a lei, esse é feliz”.

Os presentes escritores concordam com John Robbins, que de acordo com as Escrituras, há pelo menos sete valores básicos que são essências para uma nação ser considerada justa.³⁰

Primeiro: Um Reconhecimento da Soberania de Deus. A soberania de Deus é universal. “O SENHOR tem estabelecido o seu trono nos céus, e o seu reino domina sobre tudo” (*Salmo 103:19*); “Mas o nosso Deus está nos céus e faz tudo o que lhe apraz” (*Salmo 115:3*). Como declarado na *Confissão* (5:1): “Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor”.

Com respeito às questões nacionais, escreve o Dr. Robbins, o reconhecimento da soberania de Deus “significa que Deus, não o estado, sociedade, raça, ou igreja é a fonte de segurança”. Diz o salmista: “É melhor confiar no SENHOR do que confiar no homem. É melhor confiar no SENHOR do que confiar nos príncipes [magistrados]” (118:8-9); “Vão é o socorro do homem. Em Deus faremos proezas; porque ele é que pisará os nossos inimigos” (60:11-12). Quando o povo de uma nação olha para o magistrado civil, ou para a igreja (como no Catolicismo Romano), antes do que para Deus, para satisfazer suas necessidades, eles têm negado a soberania de Deus.

Segundo: Governo Limitado. O fato de Deus ser soberano precisa limitar o poder e a autoridade de todas as instituições humanas. Numa sociedade bíblica, o governo civil não teria a autoridade para governar as práticas bancárias, para impor taxas acima de 10 por cento, para estabelecer exércitos profissionais, para administrar o departamento postal, para redistribuir propriedades, para criar zonas francas, para comprar ou vender bens imobiliários, para tomar dinheiro emprestado, e assim por diante. Em Romanos 13 e 1 Pedro 2, lemos que a autoridade do magistrado é limitada àquela de defesa e justiça. Nas palavras da *Confissão* (23:1): “Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores”.

Terceiro: A Primazia do Indivíduo. A Reforma enfatizou esse princípio. Ele está da mesma forma consolidado no ensino da *Confissão de Westminster* das doutrinas da eleição individual (capítulo 3), chamado ou regeneração individual (capítulo 10), justificação individual

³⁰ John W. Robbins, “The Ethics and Economics of Health Care,” *Journal of Biblical Ethics in Medicine* (Florence, SC: Biblical Medical Ethics, Inc.), editado por Hilton P. Terrell, Vol. 8, No. 2, 1994, 23-24. O Dr. Robbins listou dez valores básicos nesse artigo. Os presentes autores agruparam alguns deles com outros para sugerir um total de sete. Todas as citações atribuídas ao Dr. Robbins nesse livro vêm das páginas listadas.

(capítulo 11), adoção individual (capítulo 12), santificação individual (capítulo 13) e glorificação individual (capítulos 32-33).

A primazia do indivíduo de forma alguma nega que Deus desde a eternidade entrou num pacto com seu povo eleito (capítulo 7), que é a igreja de Jesus Cristo (capítulo 25), e é uma comunhão de santos (capítulo 26). Mas Deus cumpre seu pacto historicamente através da salvação de santos individuais. Todo homem, mulher e criança é individualmente responsável diante de Deus. Nem linhagem nem cidadania nacional salva alguém: “Mas a todos quantos o [Cristo] receberam deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus: aos que crêem no seu nome, os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus” (*João* 1:12-13).

As várias liberdades e proteções individuais que os cidadãos de uma nação devem desfrutar, são derivadas dessa doutrina: liberdade da religião, liberdade da imprensa, liberdade de expressão, e assim por diante. Também derivada dessa doutrina é a responsabilidade individual dentro da sociedade. Nenhuma pessoa saudável deve viver de “esmola do governo”. O Estado cristão não deveria se envolver diretamente no bem-estar. Nas palavras de Paulo: “Se alguém não quiser trabalhar, não coma também” (*2 Tessalonicenses* 3:10). Além disso, Deus revelou métodos não-governamentais específicos para o socorro dos pobres (isto é, a família, a igreja). O governo se opõe a Deus quando ele se opõe à sua revelação.

Quarto: O Direito de Propriedade Privada. Dois dos Dez Mandamentos, pelo menos implicitamente, ensinam o direito de propriedade privada: “Não furtarás... [e] não cobiçarás” (*Êxodo* 20:15,17). Se todas as propriedades fossem sustentadas em comum, o roubo e a cobiça não seriam possíveis. Também, em *Mateus* 20 Jesus ensina a parábola dos trabalhadores na vinha, na qual ele conclui que é justo para um homem fazer o que ele quiser com as suas possessões (versículo 15). Então há o ensino bíblico sobre a vinha de Nabote em *1 Reis* 21, onde somos ensinados que o magistrado civil está proibido de expropriar a propriedade privada. Essa consideração torna as leis de “domínio eminente” para “projetos públicos” nada mais do que instruções ímpias.

Incluso no direito de propriedade privada está o direito bíblico de portar armas. Em *Êxodo* 22:1-2 e *1 Samuel* 13:19-22, por exemplo, vemos que os cidadãos individuais tem o direito de se defenderem, implicitamente ensinado que eles têm o direito de “ter e portar armas”³¹. E *Lucas* 22:36, Jesus explicitamente diz aos seus discípulos para irem e “comprar uma espada”. De fato, ensina Jesus, é tão importante que um homem seja capaz de se defender, que, se necessário, ele deve “vender a sua veste” para obter a arma.

Quinto: O Trabalho Ético Protestante. Esse princípio está fundamentado no quarto mandamento: “Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra” (*Êxodo* 20:9). O trabalho duro não é uma maldição da Queda. Mesmo antes da Queda, Adão foi ordenado a “lavar e guardar” o Jardim do Éden (*Gênesis* 2:15). Em *Provérbios* 14:23 vemos que “em todo trabalho há proveito”. O homem deve trabalhar para viver. Como Robbins diz: “O que Max Weber chama de trabalho ético protestante é um conjunto de virtudes econômicas: honestidade, pontualidade, diligência,

³¹ Interessantemente, a Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América (o “direito das pessoas de ter e portar armas”) é baseada em *1 Samuel* 13:19-22.

obediência ao quarto mandamento — ‘seis dias trabalharás’, obediência ao oitavo mandamento — ‘não furtarás’, e obediência ao décimo mandamento — ‘não cobiçarás’. Um reconhecimento da significância do trabalho produtivo origina-se da Bíblia e da Reforma”.

O trabalho ético protestante também inclui um entendimento apropriado do princípio sabático. O homem deve trabalhar seis dias por semanas, mas ele deve perceber que “o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus; não farás nenhuma obra, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro que está dentro das tuas portas. Porque em seis dias fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo que neles há e ao sétimo dia descansou; portanto, abençoou o SENHOR o dia do sábado e o santificou” (*Êxodo* 20:10-11).

Sexto: A Regra da Lei. De acordo com o capítulo 19 da *Confissão*, uma nação justa deve estabelecer princípios legais que são fundamentados sobre os Dez Mandamentos e a “igualdade geral” das leis judaicas que Deus deu a Israel. Toda lei substantiva deve ser fundamentada sobre o ensino da Escritura. É também obrigatório que as leis estabelecidas da nação sejam aplicadas a todas as pessoas, incluindo os líderes. Ninguém dentro da nação está acima da lei. Esse é o princípio Puritano da *lex rex* (“a lei é o rei”), ao contrário da *rex lex* (“o rei é a lei”).

William Symington resume a obrigação da nações adotarem a lei de Deus como o padrão nacional da seguinte forma:³²

É dever das nações, sujeitas a Cristo, aderir à sua lei como regra. Elas são capazes de pensar que é suficiente tomar — como seus padrões de legislação e administração — a razão humana, a consciência natural, a opinião pública ou a conveniência política. Nenhuma delas, entretanto, e, de fato, nem todas elas juntas, podem fornecer um guia suficiente para os assuntos de Estado. Certamente, as nações pagãs, que não possuem a vontade revelada de Deus [revelação especial], devem ser governadas pela lei da natureza [revelação geral]: mas essa não é uma boa razão pela qual as que possuem a revelação da vontade divina devam se ater ao uso de uma regra imperfeita. É absurdo afirmar que, pelo fato de a sociedade civil ser fundamentada na natureza, os homens devem ser guiados, ao dirigir seus assuntos e consultar seus interesses, somente pela luz da natureza... A verdade é que a revelação é concedida aos homens para suprir as imperfeições da luz da natureza; e nos restringir à última, renunciando a primeira — competente para nos guiar em qualquer caso — significa simultaneamente condenar o dom de Deus e destruir o fim pelo qual ele foi dado. Argumentamos, então, que a Bíblia é nossa regra, não somente em questões de natureza puramente religiosa, em questões relacionadas com a consciência e a adoração a Deus, mas em questões de natureza civil ou política. Dizer que em relação a elas não temos nada que ver com a Bíblia, é sustentar algo manifestamente injustificável. Requerer que as nações possuidoras do sagrado volume se confinem em seus assuntos políticos à luz fosca da natureza, não é menos absurdo que requerer que os homens, com o sol nos céus, se escondam de sua resplandecência e façam seus deveres ordinários à luz dos raios fracos de candeias [velas]. De fato, se as nações estão moralmente sujeitas [e estão], elas estão obrigadas a conduzir-se pessoalmente pela lei, seja qual for, que seu Governante moral tiver se agradado em lhes outorgar; e pelo fato de estarem sujeitas do Mediador, elas submeter-se à sua encontrada nas Escrituras ... Nas Sagradas Escrituras, ele lhes demonstrou, da forma mais justa e completa, os princípios da justiça imutável e eterna, mais que os encontrados na lei da natureza. Temos que olhar para o volume da revelação somente para ter os raciocínios confirmados.

³² William Symington, *Messiah the Prince* (Edmonton: Still Waters Revival Books, 1990), 234-235.

Sétimo: Republicanism. Modelada sobre a forma Presbiteriana de governo de igreja, uma nação bíblica deve ser uma república, não uma monarquia ou democracia. Deus advertiu a Israel contra uma monarquia em *1 Samuel* 8. Entre outras coisas, disse o Senhor, o manarca usaria labor compulsório, estabeleceria burocracias, imporá taxes excessivas e nacionalizaria os meios de produção. Numa monarquia, a voz do rei é como a voz de Deus.

Uma sociedade democrática, por outro lado, é uma baseada na regra majoritária. É à lei por opinião majoritária que Schaeffer se refere como “a ditadura of 51%, com nenhum controle e nada com o que desafiar a maioria”.³³ Quando uma nação é governada pela maioria, a voz do povo se torna a voz de Deus.

Nem uma monarquia, nem uma democracia é bíblica. A forma de governo bíblica é uma república, na qual a nação é governada por leis estabelecidas. Uma república cristã deve ser governada pela lei constitucional e bíblica, e administrada por representantes justos e piedosos (*2 Samuel* 23:3) eleitos pelo povo. Deve haver uma divisão de poderes e separação de poderes, de forma que nenhum governo ou ramo do governo tenha um monopólio de jurisdição. Como o Dr. Robbins escreve, uma forma republicana de governo “é designada para fragmentar o poder político, de forma que ele não possa ameaçar as vidas, liberdades e propriedades” dos cidadãos. Interessantemente, *Isaías* 33:22 foi um versículo importante no estabelecimento dos Estados Unidos da América. Delineados esse versículo estão os três ramos de governo: judicial, legislativo e executivo: “Porque o SENHOR é o nosso Juiz [judicial]; o SENHOR é o nosso Legislador [legislativo]; o SENHOR é o nosso Rei [executivo]; ele nos salvará”.

Esses setes valores são fundacionais para que qualquer sociedade seja justa. Eles são fundacionais porque eles estão fundamentados sobre a infalível e inerrante Palavra de Deus. Se esses forem abandonados ou subvertidos, o poder e a autoridade moral de uma nação se perderão. “A justiça exalta as nações, mas o pecado é o opróbrio dos povos” (*Provérbios* 14:34) e “se os fundamentos são destruídos, que poderá fazer o justo? (*Salmo* 11:3)?

Conclusão

O Cristianismo é um sistema filosófico completo que é fundamentado sobre o ponto de partida axiomático da Bíblia como a Palavra de Deus. Como a *Confissão de Confession* (1:6) ensina: “Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens”. Por conseguinte, o sistema cristão inteiro procede de um único axioma — que a Bíblia somente é a Palavra de Deus, e portanto, autotirativa — para milhares de teoremas.

Nesse sistema, cada uma das partes que temos estudado — epistemologia, metafísica, ética e política — é importante. E as idéias encontradas nelas são todas arranjadas num sistema lógico, com cada parte reforçando mutuamente as outras. Se o leitor está preocupado em seguir dos ditames da Escritura, tendo sua mente sendo transformada pelos ensinamentos da Escritura

³³ Schaeffer, *Works*, IV:27.

(*Romanos* 12:1-2), e levando todo pensamento cativo à obediência de Cristo (2 *Coríntios* 10:5), então ele deve aprender a pensar como o próprio *Logos* de Deus pensa: lógica e sistematicamente. Isso feito, o leitor aprenderá a única filosofia viável, uma filosofia “de acordo com Cristo” (*Colossenses* 2:8), que é fundamentada sobre a Palavra de Deus.³⁴

³⁴ John W. Robbins, *What is Christian Philosophy?* (Trinity Foundation, 1994), 7.

CAPÍTULO 3: UMA TEODICÉIA BÍBLICA

De com *1 Pedro* 3:15, é a responsabilidade do teísta cristão defender a cosmovisão cristã contra os muitos desafios trazidos contra ela. Pedro escreve: “Antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração; e estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vós”. Certamente, um dos desafios mais sérios ao teísmo cristão é o problema do mal. Thomas Warren, por exemplo, escreve que “parece não haver acusação mais freqüente e forte ao teísmo de tradição judaico-cristã (bíblica)” do que a complicação da existência do mal.³⁵ Ronald Nash concorda; ele declara que “o mais sério desafio ao teísmo foi, é e continuará sendo o problema do mal”.³⁶

Os próprios autores bíblicos trataram do assunto de Deus e o mal. O profeta Habacuque queixou-se: “Tu [Deus], que tens olhos tão puros que não podes ver o mal, nem contemplar a perversidade, por que olhas para os que procedem traiçoeiramente e te calas enquanto o ímpio destrói aquele que é mais justo do que ele?” (*Habacuque* 1:13). E Gideão perguntou: “Ai, Senhor meu, se o Senhor é conosco, por que todo este [sofrimento] nos sobreveio?” (*Juízes* 6:13).

Se, de acordo com a Bíblia, Deus, que é onipotente e bom, decretou desde toda a eternidade tudo o que vem a acontecer, e se ele, soberana e providencialmente, controla todas as coisas no seu universo criado (incluindo o mal), porque ele não seria o autor do mal? Como pode o mal existir no mundo? Como justificar as ações de Deus na causação do mal, do sofrimento e da dor? Estas são as questões da “teodicéia”. A palavra, que supostamente foi cunhada pelo filósofo alemão Gottfried Leibniz (1646-1716), derivou-se de duas palavras gregas (*theos*, “Deus”, e *dike*, “justiça”) e tem a ver com a justificação da bondade e justiça de Deus em face ao mal no mundo.

Como nós veremos, entretanto, o problema do mal não é um argumento tão corrosivo quanto parece. Na realidade, como Gordon Clark afirmou, “enquanto diversas outras doutrinas se desintegraram neste ponto, o sistema conhecido como Calvinismo e expresso pela *Confissão de Fé de Westminster* oferece uma resposta satisfatória e completamente lógica”.³⁷ A resposta, como veremos, repousa no ponto de partida epistemológico do cristianismo: a Palavra de Deus.

Através dos séculos, tem havido numerosas tentativas não-cristãs de lidar com este assunto. Mary Baker Eddy, a fundadora da Igreja de Cristo Cientista, simplesmente negava que o mal existisse; ou seja, o mal é ilusório. Mais recentemente, E. S. Brightman e Rabi Harold Kushner optaram por um deus finito, que é limitado em poder. Assim, ele não pode ser acusado pelo mal existente no mundo.

O Zoroastrismo e o Maniqueísmo, por sua vez, apresentam uma forma de dualismo último. O bem e o mal co-existem independentemente, explicando assim a mistura de bem e mal no mundo. Aristóteles concebeu deus como a Máquina Motriz Imóvel, que não estava realmente

³⁵ Thomas B. Warren, *Have Atheists Proved There is No God?* (Nashville: Gospel Advocate Co., 1972), vii.

³⁶ Nash, *Faith & Reason*, 177.

³⁷ Gordon H. Clark, *God and Evil: The Problem Solved* (Trinity Foundation, 1996), 7. Na opinião dos presentes autores, esse é o melhor livro já escrito sobre teodicéia.

preocupado com as coisas deste mundo. Esse sendo o caso, a relação do deus de Aristóteles para com o mal e os esforços morais dos homens é irrelevante. Leibniz argumentou de forma racionalista que Deus era moralmente obrigado a criar “o melhor dos mundos possíveis”. Assim, em que pese haver mal no mundo, Deus deve ter visto que este era o melhor de todos os mundos possíveis.

Essas teorias, certamente, ficam longe de uma teodicéia bíblica. A Escritura claramente ensina que o pecado não é ilusório (*Gênesis* 3). Além disso, o Deus da Escritura não é uma deidade finita. Ele é o Criador e Sustentador *ex nihilo* do céu e da terra (*Gênesis* 1:1; *Hebreus* 1:1-3), que está muito preocupado com seu universo (Salmo 104(e com as questões morais dos homens (*Êxodo* 20:1-17). Demais, o Deus da Escritura não está em nenhuma competição (*Jó* 33:13; *Salmo* 115:3), de forma que não há nenhuma forma de dualismo último.

Leibniz também está errado. Ele fala da responsabilidade moral de Deus de criar o melhor dentre os mundos possíveis, cada um dos quais sendo mais ou menos bom. Leibniz tem uma visão invertida. Deus não escolheu este mundo porque ele é o melhor; ao invés, ele é o melhor porque Deus o escolheu. Calvino entendeu claramente este princípio quando escreveu:³⁸

Pois a vontade de Deus é de tal modo a regra máxima de retidão que aquilo que Eee deseja, pelo simples fato de que ele o deseja, deve ser considerado correto. Quando, portanto, alguém quer saber a razão da vontade de Deus, está procurando uma coisa maior e mais elevada que a vontade de Deus, algo que não pode ser encontrado.

Do mesmo modo, a visão de Leibniz também tende a eliminar a responsabilidade do homem pelo pecado ao representar o pecado por pouco mais do que um infortúnio que lhe sobreveio. Novamente, a Bíblia é muito clara ao declarar que o homem é responsável pelo seu pecado. Na oração de arrependimento de Davi, no *Salmo* 51, ele põe a culpa não em Deus, nem em sua mãe, nem em Adão, embora todos eles fossem causas secundárias na cadeia que levava às suas ações pecaminosas. Ao contrário, Davi, sob a inspiração do Espírito Santo, põe a culpa com honestidade na causa imediata: ele mesmo.

O grande filósofo cristão, Agostinho, também ponderou sobre a questão da teodicéia. Ele ensinou que, visto que Deus criou todas as coisas como boas, então o mal não pode ter uma existência separada e independente. O mal é a ausência do bem, assim como a escuridão é a ausência da luz. O mal é parasita, no sentido de que ele não pode existir aparte do bem.

Desse modo, disse Agostinho, o mal não pode ser a causa eficiente do pecado; trata-se, sim, de uma causa deficiente no homem. O mal é o resultado da criatura se afastar dos bons mandamentos de Deus para buscar um bem menor: a vontade da criatura, do homem. É o homem, não Deus, quem é o autor do pecado. Isso, de qualquer forma, não é uma solução para o problema. Como Clark declara: “Causas deficientes, se é que existem tais coisas, não explicam o porquê um Deus bom não abole o pecado e garante que os homens sempre escolham o bem mais elevado”.³⁹

³⁸ Calvin, *Institutes* III:23:2.

³⁹ Clark, *God and Evil*, 9.

O Arminianismo, como um sistema cristão ostensivo, também falha em nos dar uma teodicéia bíblica satisfatória. Os teólogos arminianos atribuem o problema do mal ao livre-arbítrio do homem. Em sua liberdade, Adão escolheu pecar, aparte da vontade de Deus. Adão tinha uma “liberdade de indiferença” em relação à vontade de Deus. Deus meramente permitiu que o homem pecasse.

A idéia de Deus meramente permitir o homem pecar, contudo, é totalmente anti-bíblica e não nos dá uma solução. Deus permitiu Satã afligir Jó (*Jó* 1-2). Mas, porque essa permissão foi necessária antes da aflição, Deus é dificilmente exonerado. Se ele poderia ter impedido a provação de Jó, e, todavia, deliberadamente a aprovou, como Deus pode ser considerado menos repreensível do que se ele a tivesse decretado? Essa visão de permissão e livre-arbítrio não pode co-existir com a onipotência de Deus.

Nem a visão arminiana do livre-arbítrio é compatível com a onisciência de Deus, pois a onisciência torna o futuro certo. Se Deus prevê todas as coisas, então necessariamente elas ocorrerão; de outro modo, elas não poderiam ser “previstas”. Deus previu, e até mesmo pré-ordenou, a crucificação de seu Filho pelas mãos de pecadores. Todavia, de acordo com a Escritura, os ímpios que levaram a cabo o ato são responsáveis por suas ações más (*Atos* 2:22,23; 4:27-28). Poderiam eles ter agido diferentemente? Poderia Judas Iscariotes não ter traído Jesus Cristo? Perguntar essas questões é respondê-las; certamente não! A Bíblia nos ensina que Deus decretou todas as coisas que virão a acontecer: “Conhecidas são de Deus todas as suas obras desde toda a eternidade” (*Atos* 15:18). Por conseguinte, a tentativa do Arminianismo de se refugiar no livre-arbítrio é tanto fútil quanto falsa; pois a Bíblia consistentemente nega a visão arminiana do livre-arbítrio.

A teologia Reformada não repudia o fato de que Adão (e todos os homens após ele) tinha um “livre-arbítrio” no sentido de “livre agência moral”. Todos os homens têm liberdade de escolha no sentido do termo. Os homens necessariamente escolham fazer o que eles querem fazer; de fato, eles não podem agir de outra forma. O que a teologia Reformada nega é a “liberdade de indiferença”. Sua liberdade para escolha sempre é governada por fatores: suas próprias intenções, hábitos, e assim por diante. Certamente, todas as escolhas estão sujeitas aos decretos eternos de Deus.

Como mencionado, isso não é somente verdade com relação ao homem pós-queda. É verdade também em relação ao Adão anterior a *Gênesis* 3. A maior diferença é que o homem pós-queda, que ainda mantém sua livre agência moral, perdeu o que Adão possuía originalmente: a capacidade de escolher o que Deus requer. O homem caído, em seu estado de “depravação total”, sempre escolhe fazer o que ele deseja, mas sua natureza pecaminosa faz com que ele sempre escolha o mal (*Romanos* 3:9-18; 8:7,8; *Efésios* 4:17-19). A “capacidade” de escolher o bem só é restaurada através da regeneração (*João* 3:3-8; *2 Coríntios* 3:17).

Assim, o homem nunca se encontra indiferente na sua vontade de fazer alguma coisa. Deus determinou todas as coisas que venham a ocorrer. Contudo, a soberania de Deus não mina a responsabilidade do homem. Não há disjunção aqui. A *Confissão de Fé de Westminster* (3:1, 5:2, 4), corretamente declara que (26-28):

Desde toda a eternidade, Deus, pelo conselho sábio e santo de Sua própria vontade, livre e imutavelmente, ordenou tudo o que venha a ocorrer: ainda assim, nem Deus é o autor do pecado, nem a vontade das criaturas é violentada, nem a liberdade ou contingência das causas secundárias deixa de existir, sendo, ao invés, estabelecida.

Apesar de que, pela presciência e pelo decreto de Deus – a primeira causa –, todas as coisas venham a ocorrer de modo imutável e infalível; ainda assim, pela mesma providência, Ele ordena que elas aconteçam de acordo com a natureza das causas secundárias, seja de modo obrigatório, ou livre, ou contingencial.

O poder ilimitado, a sabedoria insondável e a bondade infinita de Deus, manifestam-se na Sua providência, que inclui até mesmo a primeira Queda e todos os outros pecados de anjos e homens, não como uma simples permissão, mas de modo tal que reúne a sabedoria e o poder limitante de Deus, que os ordena e governa para os Seus objetivos sagrados; e ainda assim, a pecaminosidade do ato procede apenas da criatura e não de Deus, que, sendo o mais santo e justo, nem é nem pode ser o autor ou aprovador do pecado.

Deus, diz a *Confissão*, é a causa soberana primeira de todas as coisas, muitas das quais ocorrem através das ações livres dos homens, que são causas secundárias. O fim decretado por Deus nunca deve ser separado dos meios que ele também decretou, como causas secundárias. E essa é a razão, de acordo com a *Confissão*, para Deus não ser considerado “o autor ou aprovador do pecado”. Deus é a causa soberana primeira do pecado, mas não é o seu autor. Apenas as causas secundárias pecam e, portanto, somente elas podem ser os autores do pecado.

Essa visão ensinada pelos teólogos de Westminster é o conceito calvinista de “determinismo”. A palavra determinismo geralmente carrega uma conotação ruim, mas não deveria ser assim. Na realidade, determinismo expressa uma visão de Deus bastante bíblica e elevada, além de oferecer a única teodicéia plausível. Deus determina ou decreta cada acontecimento da história e cada ação do homem.

Mais ainda, o que Deus decreta é correto, simplesmente porque Deus o decreta. Deus nunca pode errar. Deus, diz a Escritura, não se justifica perante ninguém: “Porque ele não dá contas de nenhum dos seus feitos” (*Jó 33:13*). Ele é o legislador (*Isaías 33:22*); o homem está debaixo da lei (*sub lego*). Deus não tem que prestar contas a ninguém. Ele está *ex lex* (“acima da lei”). Os Dez Mandamentos são obrigação para o homem, não para Deus. Adicionalmente, a única pré-condição para a responsabilidade é que haja um legislador — nesse caso, Deus. O homem é necessariamente responsável pelo seu pecado, e Deus é completamente absolvido de ser o autor do pecado.

O determinismo ensinado na *Confissão de Fé de Westminster* não é a mesma coisa que o fatalismo. No fatalismo, deus, ou os deuses, ou o Destino, determina todas as coisas, enquanto que o homem permanece completamente passivo ou até mesmo contra o seu destino. Em tal sistema, o homem não pode ser logicamente responsável pelas suas ações pecaminosas. No determinismo bíblico, por outro lado, Deus soberanamente determina todas as coisas, mas ele também considera o homem responsável, pois o homem e suas ações ‘livremente escolhidas’ são as causas secundárias através das quais as coisas são determinadas a ocorrerem.

Mas alguém poderá perguntar: “Assassinar não é pecado e contra a vontade de Deus? Então, como Deus pode desejar isto?” A resposta é encontrada em *Deuteronomio* 29:29: “As coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus, mas as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que observemos todas as palavras desta lei”. Nesse versículo, Moisés distingue entre a vontade decretiva de Deus (“coisas encobertas”) e sua vontade preceptiva (“aquelas coisas que são reveladas”). A vontade preceptiva de Deus é encontrada na Escritura. Nela nós aprendemos o que Deus requer do homem. A vontade decretiva de Deus, por outro lado, é a causa de todo evento. O homem é responsável pela sua desobediência à vontade preceptiva de Deus, não à sua vontade decretiva. No exemplo usado acima, Deus, desde toda a eternidade, decretou a crucificação de Cristo (*Apocalipse* 13:8), e, ainda assim, quando levada a cabo pelas mãos de pecadores (*Atos* 2:22-23; 4:27-28), ela foi contrária a lei moral, isto é, a vontade preceptiva de Deus. Assim, podemos argumentar a partir do maior para o menor (*a maiore ad minore*) que se o ato mais vil já produzido pelos homens foi *tanto* livre *como* determinado, assim também são todos os atos menos vis.

Assim, sentados sobre a “fundação de rocha” que é a Palavra de Deus, como o nosso ponto de partida axiomático (*Mateus* 7:24-25), o cristão teísta tem uma resposta à questão da teodicéia. Deus, que é totalmente santo e que não pode fazer nada errado, soberanamente decreta que todas as coisas ocorram para os seus próprios bons propósitos (veja *Isaías* 45:7; *Amós* 3:6). É simplesmente porque ele decretou, é correto. Como o reformador Jerome Zanchius ensinou:

A vontade de Deus é de tal modo a causa de todas as coisas, quanto ela própria não tem causa, uma vez que não há nada que possa ser a causa daquilo que causa todas as coisas. Assim, nós encontramos todo assunto resolvido, em última instância, na simples satisfação soberana de Deus. Ele não tem outro motivo para aquilo que faz, além da ‘ípsa voluntas’, Sua mera vontade – vontade esta tão longe de ser injusta, quanto ela é a própria justiça.

É bom, então, que o pecado exista. Deus o decretou e ele [o pecado] está trabalhando para o objetivo final: a glória de Deus.

Com essa premissa bíblica em mente, é fácil responder a anti-teístas, tais como David Hume, que argumentam que a presença do mal no mundo milita contra a existência do Deus cristão. Hume, por exemplo, argumenta do seguinte modo:⁴⁰ Primeiro, uma divindade onibenevolente evitaria a ocorrência de todo o mal. Segundo, uma divindade onisciente e onipotente é capaz de evitar o mal. Terceiro, o mal existe no mundo. Quarto, portanto, Deus não é bom, ou não é onisciente, ou não é onipotente.

Um dos problemas com o argumento de Hume é o seu ponto de partida. Sua primeira premissa é falsa, portanto, sua conclusão é inválida. O teísta cristão reagiria com o seguinte argumento: Primeiro, a onibenevolência do Deus da Escritura evitaria todo o mal, a menos que ele, com sua sabedoria, tenha uma propósito para a sua existência (*Salmo* 76:10). Segundo, o Deus onisciente e onipotente da Escritura é capaz de prevenir todo o mal (*Daniel* 4:35). Terceiro, a Escritura nos ensina que o mal existe no mundo (*Romanos* 8:19-25). Quarto, portanto, o onibenevolente, onisciente e onipotente Deus da Escritura, em seu sábio plano para a sua criação,

⁴⁰ David Hume, *Dialogues Concerning Natural Religion*, part 10.

tem um propósito para a existência do mal (*Gênesis* 50:20). E, finalmente, o mal cumprirá o seu bom propósito.

Tudo isso é uma questão do ponto de partida de alguém, sua base epistemológica. Com a Bíblia como o nosso axioma, a existência do mal não é, de modo algum, um problema significativo. De fato, a existência do mal é um assunto bem mais problemático na cosmovisão de um não-cristão. Sem um ponto de referência eterno para nos dizer o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mal, ninguém pode definir o mal. O que faz o mal ser mal? Como sabemos? O cristão tem uma resposta para essas questões, enquanto não-crente não tem.

CAPÍTULO 4: SISTEMAS FILOSÓFICOS FALSOS

De um ponto de vista bíblico, um sistema filosófico falso é um que ensina algo contrário à Palavra de Deus (*Colossenses 2:8* – grego *apate*). Em *Gênesis 3*, aprendemos o porquê existem sistemas filosóficos falsos. É devido ao pecado e à Queda do homem. E em *Romanos 1*, o apóstolo Paulo acrescenta detalhes ao assunto. O Evangelho pleno de Jesus Cristo, diz o apóstolo, “é o poder de Deus para salvação”. Somente ele provê soluções para os problemas da vida; somente ele responde as questões da vida; ele é a “salvação” de toda área, todo aspecto, da vida. Pois nele é revelada “a justiça de Deus... de fé em fé” (versículos 16-17).

Mas, escreve Paulo, o homem caído volta as costas para a revelação de Deus. Ele inescapavelmente conhece o Deus da Escritura a partir da revelação geral, todavia, ele suprimir, ou retém em injustiça, o conhecimento que ele possui (versículos 18-21). O “raciocínio” do homem tem se tornado defeituoso (versículo 21). O problema filosófico do homem resulta de sua rebelião “intelectual” contra o verdadeiro Deus. E, tendo rejeitado a Deus, ele tem escolhido servir a criação, antes do que o Criador (versículos 22-25). Os efeitos noéticos do pecado têm corrompido a capacidade do homem de filosofar duma maneira piedosa. Esse sendo o caso, os sistemas filosóficos falsos, de uma forma ou de outra, negam ou representam incorretamente Deus como o Criador e Sustentador do universo. Também, eles frequentemente elevam um aspecto da criação acima de todos os outros.

As cosmovisões são reconhecíveis pelo sufixo: “ismo”. Esse sufixo torna aquilo ao que ela está afixada uma cosmovisão. João Calvino, por exemplo, foi um Reformador do século dezesseis, e um teólogo magistral. “Calvinismo”, por outro lado, é aquele sistema de pensamento (ou cosmovisão) adotado por aqueles que aderem aos ensinamentos básicos de João Calvino, e que é melhor sumarizado na *Confissão de Fé de Westminster* e no *Catecismo Maior e Menor*. Esse sistema é frequentemente referido como teologia Reformada.

Outro exemplo de um “ismo” é o “humanismo secular”. De acordo com a Escritura, os “humanos” (seres humanos) são pessoas criadas à imagem de Deus (*Gênesis 1:26-28*). O “humanismo secular”, contudo, é uma cosmovisão que torna o homem a medida de todas as coisas. Ele basicamente eleva o homem ao nível de divindade. É uma cosmovisão falsa. São milhares o número de cosmovisões falsas (“ismos”). Algumas dessas consideradas brevemente abaixo:

Falso Teísmo

Teísmo é aquela cosmovisão que mantém que há um deus que transcende o universo que ele criou e sustenta. O Cristianismo, o Judaísmo tradicional e o Islamismo são cosmovisões teístas. O Cristianismo é tanto monoteísta como trinitariano. Como ensinado no *Breve Catecismo de Westminster* (Q 5-6): “Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro.. [Além disso], há três pessoas na Divindade: O pai, o Filho e o Espírito Santo, e estas três pessoas são um Deus, da mesma substância [essência], iguais em poder e glória”. Aqui reside uma das principais diferenças entre o Cristianismo e esses outros dois sistemas teístas. Embora o Judaísmo tradicional e o Islamismo sejam monoteístas, nenhum deles é trinitariano.

Duas outras heresias principais dentro dos sistemas teístas são o subordinacionismo (Arianismo, Testemunhas de Jeová, Mormonismo) e o modalismo (Sabelianismo). Os subordinacionistas ensinam que há somente um Deus: o Pai. O Filho e o Espírito Santo são divindades menores, se é que divinas. Eles não são seres eternos; assim, eles são subordinados ao Pai. O modalismo, por outro lado, afirma que Deus é um em essência e um em pessoa. “Filho” e “Espírito Santo” são nomes usados com “Pai” para descrever os diferentes papéis, ou “modos”, de Deus. Quando falamos de Deus como Criado o chamamos de Pai, quando falamos dele como Redentor o chamamos de Filho; e quando nos referimos a Deus como Iluminador e Regenerador usamos o nome Espírito Santo. Mas, de acordo com essa falsa teoria, essas são meramente nomes para os vários papéis ou modelos do ser divino

Ateísmo

O Ateísmo se expressa de diferentes formas. Mas em geral, ateus, de uma forma ou de outra, negam a existência de um Deus infinito e eterno, tais como o Deus do teísmo eterno. Como ensinado pelo ateu Carl Sagan, tudo existe e sempre existirá no universo que vivemos.

No final do espectro temos os agnósticos (tais como David Hume). O Agnosticismo é uma forma de ateísmo, que não nega abertamente a existência de Deus, mas que questiona sua conhecibilidade. Um agnóstico é cético, e como temos visto, o ceticismo como uma cosmovisão é contraditório. Quando alguém afirma que não podemos saber se Deus existe, ele faz uma declaração certa sobre o que ele diz que não podemos ter certeza. E tal declaração é auto-referencialmente absurda.

Do outro lado do espectro do ateísmo temos o humanismo ou naturalismo (Karl Marx, Ludwig Feuerbach). Esse sistema de pensamento é puramente antropocêntrico, no qual o homem, como a medida de todas as coisas, é virtualmente divinizado. O homem é o *summum bonum* da criação; ele é último. Feuerbach, por exemplo, reivindicou que “o homem é o deus do homem”.⁴¹

O ateísmo é naturalmente materialista. Isso é reconhecível na declaração clássica de Feuerbach que “um homem é o que ele come”. É também observável na teoria evolucionista de Charles Darwin. O Evolucionismo é uma forma de humanismo que absolutiza a origem do aspecto biótico do universo. O homem é puramente um ser material. O homem não tem uma mente (ele pensa com seu cérebro), e a crença na vida pós-túmulo é pura superstição.

Ao sumarizar alguns dos ensinamentos centrais do humanismo, R.C. Sproul aponta a natureza irracional do mesmo:

O homem é um acidente cósmico. Ele emergiu do lodo por acidente. Ele é um germe crescido. Ele está se movendo inexoravelmente para a aniquilação. Todavia, o homem é uma

⁴¹ Confirme Ludwig Feuerbach, *Lectures on the Essence of Religion* (New York: Harper and Row, 1967), 17; onde Feuerbach escreve: “Essa minha doutrina é brevemente a seguinte: Teologia é antropologia”.

criatura [sic]⁴² de dignidade suprema. Ele vive sua vida entre dois pólos de falta de sentido. Ele veio do nada; ele vai para o nada. Sua origem não tem sentido; seu destino não tem sentido. Todavia, de alguma forma, entre a sua origem e o seu destino, ele adquire dignidade suprema. Onde ele consegue isso? De nenhum lugar.⁴³

Outra forma de ateísmo é o exentencialismo (ateísta).⁴⁴ O existencialismo ensina, de acordo com a avaliação de Jean-Paul Sartre, que a “existência precede a essência”. Aqui os particulares são importantes, não os universais. Há homens, mas não há nenhum “homem”. E não importa o que os homens possam se tornar (a essência deles), eles fazem isso por si mesmos, pois não há nenhuma essência divina que crie ou produza a essência do homem.

O existencialismo está intimamente relacionado com o pragmatismo (onde os fins justificam os meios), relativismo (onde a verdade é relativa) e secularismo (com sua ênfase sobre o temporal, o aqui e agora). Ao elevar a existência acima da essência, os homens se tornam seus próprios senhores; a liberdade reina suprema. Quando Sartre descreve o homem como uma “paixão inútil”, devemos entender que no existencialismo, os homens não são vistos muito em termos de suas mentes ou pensamentos, mas de seus sentimentos, suas paixões. E, no final das contas, suas paixões são “inúteis”. A vida é pouco mais do que o “teatro do absurdo”. O único ato genuinamente livre, portanto, é o suicídio.

Existencialismo coloca uma ênfase errada sobre a experiência do presente às custas do passado e futuro. Não há absolutos éticos; a verdade é individual e subjetiva (há “verdades”, mas nenhuma “verdade”). Como Fedor Dostoevsky disse: “Se não existe nenhum Deus, então todas as coisas são permissíveis”. O existencialismo logicamente leva ao niilismo, ao desespero absoluto (Friedrich Nietzsche) ou ao irracionalismo (Søren Kierkegaard⁴⁵).

Deísmo

Deístas (Thomas Jefferson, Benjamin Franklin), reconhecendo que há uma necessidade de um criador do universo existente, mantêm que há um deus que criou o mundo. Mas esse Deus permanece transcendente; ele não entra nos assuntos de sua criação. Esse deus não é o Deus imanente do Cristianismo bíblico. O deus do deísmo é similar ao “relojoeiro”, que, após ter feito seu relógio, se senta de braços cruzados e deixa-o funcionar por si mesmo. E o universo funciona de acordo com a “lei natural”. O deus do deísmo é geralmente “um” em essência e “um” em pessoa; ele é uma unidade absoluta. Não é surpresa, então, aprender que o unitarianismo se desenvolveu do deísmo. Um deísta consistente poderia louvar o seu deus, mas ele não dirigiria orações a ele, pois esse deus não entra nas questões do dia-a-dia dos homens. No deísmo, não há nenhuma revelação especial; há somente revelação geral. Qualquer sistema ética no deísmo,

⁴² Um darwinista não chamaria um homem de uma “criatura”, pois isso implicaria que o homem foi criado por um Deus.

⁴³ Sproul, *Lifeviews*, 71.

⁴⁴ A palavra ateuísta foi adicionada em parênteses depois de existencialismo, pois há uma forma de existencialismo chamada de “existencialismo cristão”, que é uma contradição de termos.

⁴⁵ Søren Kierkegaard é considerado por alguns como sendo um “existencialista cristão”. Há alguns estudiosos que o consideram como o pai do existencialismo.

então, deve vir da “lei natural”, ou do que é comum na natureza humana. Numa cosmovisão deísta, a razão e a ciência são as “ferramentas” primárias da vida.

Teísmo Finito

O teísmo finito, exposto por homens tais como as E.S. Brightman, William James, and Rabbi Harold Kushner, apresenta a existência de um deus finito. Ele é limitado em suas perfeições ou atributos. Ele pode ser onibenevolente, mas ele certamente não é onipotente. O mal é uma coisa que limita a deus. Não podemos, então, culpar deus pela existência do mal no mundo, pois embora esse deus deseje eliminar o mal do mundo, ele simplesmente não é capaz de fazê-lo. Kushner vai mais adiante para dizer que devemos perdoar deus pelas suas limitações.

Visto que o mundo opera sob a orientação de leis naturais, dizem os teístas finitos, não devem ser assumidos absolutos éticos. Nem devemos crer em milagres. Além do mais, porque não há nenhuma revelação especial, não podemos estar certos sobre o destino da humanidade. Tudo o que podemos dizer que é “talves” haja vista além do túmulo.

Outra forma de teísmo finitmo é o henotísmo, que ensina que há muitos deuses finitos, um dos quais é supremo. Algumas vezes o henotísmo tem um deus por nação ou por grupo étnico, tal como Baal dos cananitas, ou Dagon dos filisteus. O henotísmo é um estágio transicional entre monoteísmo e politeísmo.

Panteísmo

A palavra panteísmo é derivada de duas palavras gregas: *pan* (tudo) e *theos* (Deus) — tudo é Deus. Numa cosmovisão panteísta (hinduísmo, o movimento de “nova era”), o mundo é deus e deus é o mundo; deus é tudo e tudo é deus. O panteísmo enfatiza a imanência de deus, enquanto nega a sua transcendência. Nesse sentido ele é o oposto do deísmo. Em geral, os panteístas não são tão tolos ao ponto de afirmar que todas as coisas é realmente deus. Isso tornaria a palavra “deus” virtualmente sem significado; seria o mesmo que dizer “todas as coisas são todas as coisas”. O que os panteístas normalmente querem dizer quando eles reivindicam que “tudo é deus”, é que deus é manifesto em todas as coisas. O transcendentalista Ralph Waldo Emerson, por exemplo, diz isso da seguinte forma: “Quando alguém está em contato com uam flor, ele está em contanco com deus”.

Alguns panteístas ensinam que deus é impessoal, e o mundo emana dele. E devido ao fato de que não existe nenhuma revelação especial, não há nenhum asoluto ético. É alegado que a necessidade do homem estar unido a deus (o que é auto-contrário, visto que o homem já é, em certo sentido, idêntico a deus). A história é considerada como sendo cíclica, e a reencarnação é, portanto, frequentemente assumida, baseada no *karma* da pessoa. A única coisa que o panteísmo e o materialismo têm em comum é que em nenhum dos dois há algo ou alguém “fora” ou “além” do universo.

Panenteísmo

O panenteísmo é uma tentativa unir o teísmo cristão com o panteísmo; ele é claramente distinto de ambos. A palavra panenteísta significa “tudo em deus”. Assim, os panenteístas mantêm que tudo do mundo está de certa forma “em deus”. Ou, talvez seja melhor dizer, com alguns fazem, que deus está no mundo, assim como uma alma está num corpo; isto é, deus habita o mundo. Nesse sistema deus não é idêntico com o mundo (como no panteísmo). Ele é mais do que o mundo e tem uma identidade própria, embora, ele não seja transcendente. De fato, no panenteísmo, deus (que é pessoal) e o mundo (que é impessoal) são co-eternos e inter-dependentes. Deus precisa do mundo e o mundo precisa de deus.

Panenteísta, tais como Alfred North Whitehead, Charles Hartshorne, e Schubert M. Ogden, ensinam que deus é bipolar. Há um pólo concreto ou conseqüente, no qual deus é dito como sendo finito, dependente e contingente. Mas há também um pólo abstrato, no qual deus é dito ser infinito, independente e imutável. Deus está constantemente no “processo de se tornar”, ou se movendo do primeiro pólo para o último. E visto que deus e o mundo são co-eternos e co-independentes, todas as coisas estão no mesmo processo de se tornar. A história não tem começo nem fim. Por conseguinte, o nome “filosofia do processo”, ou “teologia do processo” é aplicado a essa cosmovisão.

No panenteísmo, o homem é completamente um agente moral livre. Assim, não existem absolutos éticos. O homem não tem nenhuma imortalidade pessoal; ele meramente vive na memória de um constantemente “se tornar” deus.

Politeísmo

O politeísmo, algumas vezes encontrado entre os antigos gregos, egípcios e persas, ensina que há dois ou mais deuses finitos que existem no universo, cada um com sua própria esfera de autoridade e atividade. Os deuses frequentemente têm uma influência direta sobre os assuntos dos eventos humanos (diferente do deísmo). Eles podem até mesmo aparecer ao homem em revelações, sonhos e visões. Alguns politeístas, tais como os mórmons, ensinam que os vários deuses estão no processo de mundaça; isto é, há graus de perfeição que eles podem estar passando.

Diferentemente do politeísmo dos mórmons (que assume padrões éticos), na maioria dos sistemas politeístas, não há usualmente nenhum padrão ético. Normalmente, a ética é relativa e localizada aos níveis de autoridade dos deuses. Todavia, paradoxalmente, o homem poderá num dia futuro responder aos deuses por como ele viveu sua vida sobre essa terra. No mormonismo, por exemplo, um homem exemplar pode até mesmo ascender ao nível de divindade e governar seu próprio universo.

Conclusão

O teísmo cristão é a única cosmovisão ou filosofia verdadeira. Jesus Cristo, o Filósofo Mestre, deixa claro que ele é “o caminho, a verdade e a vida” (*João* 14:6). Não há neutralidade. Não há nenhuma *tertium quid*, nenhuma terceira alternativa. O Cristianismo, então, não é uma espécie, é um gênero. Como ensinado em *Gênesis* 3, todas as falsas cosmovisões são o resultado da Queda. Devido à Queda o homem está alienado do Deus da Escritura, resultando nas muitas falsas cosmovisões que têm aparecido durante toda a história da humanidade. É a tarefa do teísta cristão defender a verdade do teísmo cristão contra todas as falsas cosmovisões. Esperançosamente, essa breve visão geral de alguns dos falsos “ismos” que existem será de alguma ajuda nessa tarefa.